

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MARIANE ALVES DE BORBA  
MAYARA DIANA DOS SANTOS**

**A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,  
COMITÊ DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL NO *AUDIT DELAY***

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**PATO BRANCO  
2018**

**MARIANE ALVES DE BORBA  
MAYARA DIANA DOS SANTOS**

**A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,  
COMITÊ DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL NO *AUDIT DELAY***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis do Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Msc. Luciane Dagostini

**PATO BRANCO  
2018**



## TERMO DE APROVAÇÃO

A INFLUÊNCIA DAS CARACTERÍSTICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,  
COMITÊ DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL NO *AUDIT DELAY*

por

MARIANE ALVES DE BORBA  
MAYARA DIANA DOS SANTOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi apresentado às 19 horas, no dia 25 (vinte e cinco) de Outubro de 2018 (Dois mil e dezoito) como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Contábeis – DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. As candidatas foram arguidas pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Luciane Dagostini  
Prof.(a) Orientador(a)

\_\_\_\_\_  
Eliandro Schvirck  
Membro titular

\_\_\_\_\_  
Pamila Eduarda Balsan Colla  
Membro titular

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso -

*"Os livros não matam a fome, não suprimem a miséria, não acabam com as desigualdades e com as injustiças do mundo, mas consolam as almas, e fazem-nos sonhar."*

*(Olavo Bilac)*

## RESUMO

A governança corporativa é um conjunto de medidas que objetiva aumentar a probabilidade de o investidor garantir o seu retorno, é preciso ter um mecanismo de incentivo e controle para que se minimize a presença de prejuízos causados pelos conflitos de interesse entre gestores e investidores. Como exemplos de mecanismos de governança podemos citar o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Outro instrumento de governança é o Conselho Fiscal que é um órgão fiscalizador independente da diretoria e do Conselho de Administração. O papel dos mecanismos de governança é importante na divulgação das informações das empresas no tempo certo, visto que as informações financeiras desempenham papel importante em relação ao mercado e aos investidores e o atraso compromete a confiabilidade na organização. Por conseguinte, essa pesquisa se propôs a analisar sobre a relação das características do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, com o atraso na entrega do parecer de auditoria, denominado pela literatura como *audit delay*. A pesquisa consiste em um estudo descritivo, de caráter documental e abordagem quantitativa. A base de dados foi composta referente aos exercícios de 2014, 2015 e 2016, obtidas no Formulário de Referência da B3, referente aos segmentos Novo Mercado, Nível 2 e 1 de Governança Corporativa. A amostra é composta por empresas listadas nos três anos analisados e que possuem Comitê de Auditoria. Foram excluídas empresas financeiras, por atenderem legislações específicas. Os resultados obtidos denotam que nem todas as características analisadas relacionam-se com o atraso na entrega do parecer de auditoria, bem como esse atraso também pode ser influenciado por outras características, como as variáveis de controle relacionados à empresa auditada, à auditoria independente e também pelos índices econômicos e financeiros.

Palavras-chave: Comitê de auditoria. Conselho Fiscal. Conselho de Administração. Governança Corporativa. IBGC. *Audit Delay*.

## **ABSTRACT**

Corporate governance is a set of measures that aims to increase the probability of the investor to have his return, it is necessary to have an incentive and control mechanism to minimize the losses caused by conflicts of interest between managers and investors. As examples of governance mechanisms it could be mention Administrative Council and Audit Committee. Another governance instrument is the Fiscal Council which is an independent supervisory agency of directorship and Administrative Council. The role of governance mechanisms is important in disclosure of information at the right time. Because financial information plays an important role related to the market and investors and the delay compromises the reliability in the company. Therefore, this research aimed to analyze the relation of the characteristics between Administrative Council, Audit Committee and Supervisory Board, about the audit delay. This is a descriptive research, of documentary nature and quantitative approach. The database composed of information from 2014, 2015 and 2016, that were obtained in BM&FBOVESPA Reference Form, corresponding to New Market segments, Level 1 and 2 of Corporate Governance. The sample is composed of listed companies in the three years analyzed that have Audit Committee. Financial companies were excluded because they comply with specific legislation. The results show that not all the analyzed characteristics are related to the audit delay. This delay can also be influenced by other characteristics, such as the control variables related to the audited company, to independent auditing and also by economic and financial indices.

**Keywords:** Audit Committee, Supervisory Board, Administrative Council, Corporate Governance, IBGC. Audit Delay.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de empresas por segmento que possuem Comitê de Auditoria e Conselho de Administração (desconsiderando empresas financeiras). ....	51
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Comparativo dos Segmentos de Listagem.....	24
Quadro 2 Principais Atribuições do Conselho de Administração.....	27
Quadro 3 Comparativo entre a SOX e as regras Brasileiras.....	30
Quadro 4 Pesquisas que referenciam a relação do audit delay com os mecanismos de governança corporativa.....	38
Quadro 5 Constructo da Pesquisa .....	44
Quadro 6 -Descrição das Variáveis do Modelo .....	46



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empresas por Segmento de Governança Corporativa.....	43
Tabela 2 - Características do Comitê de Auditoria por segmento de Governança Corporativa de 2014.....	52
Tabela 3 - Características do Comitê de Auditoria por segmento de Governança Corporativa de 2015.....	52
Tabela 4 - Características do Comitê de Auditoria por segmento de Governança Corporativa de 2016.....	53
Tabela 5 - Características do Conselho de Administração por segmento de Governança Corporativa de 2014. ....	54
Tabela 6 - Características do Conselho de Administração por segmento de Governança Corporativa de 2015. ....	54
Tabela 7- Características do Conselho de Administração por segmento de Governança Corporativa de 2016. ....	54
Tabela 8 - Características do Conselho de Fiscal por segmento de Governança Corporativa de 2014.....	55
Tabela 9 - Características do Conselho de Fiscal por segmento de Governança Corporativa de 2015.....	55
Tabela 10 - Características do Conselho de Fiscal por segmento de Governança Corporativa de 2016.....	55
Tabela 11 - <i>Audit delay</i> por segmento de Governança Corporativa de 2014.....	56
Tabela 12 - <i>Audit delay</i> por segmento de Governança Corporativa de 2015.....	56
Tabela 13 - <i>Audit delay</i> por segmento de Governança Corporativa de 2016.....	56
Tabela 14 - Modelo de Efeitos Aleatórios com todas as variáveis .....	57
Tabela 15 - Variáveis relacionadas ao Conselho de Administração.....	58
Tabela 16 - Variáveis relacionadas ao Conselho de Administração.....	59
Tabela 17 - Variáveis relacionadas ao Conselho Fiscal.....	61
Tabela 18 - Variáveis de Controle .....	63

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS e acrônimos

IBGC	Instituto Brasileiro De Governança Corporativa
et al	E Outros
TIC	Tecnologias De Informação E Comunicação
B3	Bolsa De Valores, Mercadorias E Futuros
Nº	Número
Art.	Artigo
SEC	<i>Security And Exchange Commission</i>
BACEN	Banco Central
CVM	Comércio De Valor Mobiliário
CNSP	Conselho Nacional De Seguros Privados
N1	Nível 1 de Governança Corporativa
N2	Nível 2 de Governança Corporativa
NM	Novo mercado
SOX	Lei Sabarney-Oxley

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	13
1.2 OBJETIVOS .....	15
1.2.1 Objetivo Geral .....	15
1.2.2 Objetivos Específicos .....	15
1.3 JUSTIFICATIVA .....	16
1.4 DELIMITAÇÕES.....	16
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>17</b>
2.1 TEORIA DA AGÊNCIA .....	17
2.1.1 Conflitos De Agência .....	18
2.1.2 Custos De Agência .....	19
2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	20
2.2.1 Início Da Governança Corporativa No Brasil.....	22
2.3 NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA B3 .....	23
2.3.1 Conselho De Administração .....	26
2.3.2 Comitê De Auditoria.....	30
2.3.3 Conselho Fiscal .....	34
2.4 <i>AUDIT DELAY</i> .....	35
2.5 ESTUDOS PRECEDENTES .....	37
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	<b>42</b>
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	42
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	43
3.3 CONSTRUCTO E HIPÓTESES DA PESQUISA .....	44
3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS .....	49
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>51</b>
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS DEPENDENTE E INDEPENDENTES.....	51
4.2 ESTATÍSTICA DE DADOS EM PAINEL DAS VARIÁVEIS DEPENDENTE E INDEPENDENTES.....	57
4.2.1 Análise Das Variáveis Relacionadas Ao Conselho De Administração.....	58
4.2.2 Análise Das Variáveis Relacionadas Ao Comitê De Auditoria.....	59

4.2.3 Análise Das Variáveis Relacionadas Ao Conselho Fiscal .....	61
4.2.4 Análise Das Variáveis De Controle .....	62
<b>5 ,CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE A – Empresas da Pesquisa .....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE B – <i>Audit Delay</i> das Empresas .....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE C – Características dos Comitês de Auditoria .....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE D – Características do Conselho de Administração .....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICE E – Características do Conselho Fiscal .....</b>	<b>96</b>
<b>APÊNDICE F – Características da Empresa Auditada .....</b>	<b>100</b>
<b>APÊNDICE G – Características da Auditoria Independente .....</b>	<b>106</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem por objetivo analisar a relação das características do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, com o atraso na entrega do parecer de auditoria, denominado pela literatura como *audit delay*. A pesquisa abordará primeiramente o tema escolhido, a problemática, bem como o objetivo geral, seguido dos específicos, justificativa, delimitações e por fim, a estrutura de base.

### 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A relação de agência, é caracterizada como um contrato entre uma ou mais pessoas: o principal e o agente, consistindo na realização de um trabalho em favor do principal, onde o agente possui algum tipo de autoridade na tomada de decisão (JENSEN; MECKLING, 1976).

Assim, Silveira (2004), relaciona que quando existe a separação entre propriedade e controle, existe o risco de os recursos dos investidores não serem empregados de forma correta. Pois, as pessoas que fornecem o capital não participam de forma direta das decisões tomadas na organização. Assim, a assimetria informacional diz respeito a informação que o agente possui e a que é repassada ao principal. Um problema que surge entre o principal e o agente, diante da separação de propriedade e controle organizacional, faz surgir a relação de agência, discutida pela Teoria da Agência (JENSEN; MECKLING, 1976).

A governança corporativa compõe-se por meio da relação entre acionistas e órgãos de controle das organizações, visando atender os objetivos da empresa otimizando o desempenho e fornecendo garantias de continuidade do capital para todas as partes envolvidas (CUNHA, 2011). Um dos Mecanismos de governança corporativa é o Conselho de Administração, que tem como principal função proteger e valorizar o patrimônio, e ainda otimizar o retorno sobre o investimento, é responsável pelo processo de estratégia e orientação dos negócios. Conta com comitês para melhorar o desempenho de suas funções (B3, 2016).

Desta maneira, a governança corporativa é vista como um conjunto de medidas que tem como objetivo aumentar a probabilidade de o investidor garantir o seu retorno (SILVEIRA, 2004). Então, para que se minimize a presença de prejuízos causados pelos conflitos de interesse entre gestores e investidores, é preciso ter um conjunto de mecanismos de incentivo e controle, o qual é chamado de governança corporativa. Como exemplos de mecanismos de governança podemos citar o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, política de remuneração, equilíbrio de poder, entre outros (SILVEIRA, 2004).

A função atribuída aos comitês é dar suporte ao Conselho de Administração, dando orientação geral nas atividades e decisões estratégicas. Dentre estes está o Comitê de Auditoria, que auxilia no controle da qualidade das demonstrações financeiras e controles internos. Visando que as informações sejam íntegras e confiáveis, sempre monitorando o cumprimento das leis, regulamentos e sistemas da organização. Tendo como objetivo a proteção dos acionistas e demais usuários da informação contábil (IBGC, 2009).

Diante do exposto, o auditor deve analisar as demonstrações financeiras da empresa de forma imparcial para em seguida elaborar o seu relatório. Entretanto, pontua-se como um ponto negativo o fato de que a eficiência da auditoria pode ser influenciada quando há um atraso na entrega do relatório pelos auditores. Com isso, as informações repassadas aos investidores podem perder relevância devido à falta de tempestividade das informações, gerando um conflito entre os preparadores e os usuários das informações financeiras da entidade. Este período, que diz respeito ao fim do ano fiscal e o fim do trabalho da auditoria, referenciado com a data do parecer é chamado de *audit delay* (CUNHA, *et al.*, 2015).

O Conselho Fiscal também faz parte dos órgãos de fiscalização e controle da organização, o qual pode ser permanente ou não, conforme definição feita no estatuto da empresa. Consiste em um meio de fiscalização independente dos administradores, eleito para se reportar aos sócios, cujo principal objeto é preservar o valor da organização. Dentre suas atribuições está a de analisar as demonstrações financeiras periodicamente e opinar sobre elas, fiscalizar os atos dos administradores, verificando o cumprimento dos deveres legais (IBGC, 2007).

Levando em consideração que o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal, visam garantir que as informações das demonstrações contábeis cheguem aos usuários de forma transparente e fidedigna, elabora-se o seguinte problema de

pesquisa: Qual a relação do *audit delay* com as características do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal das empresas listadas na B3?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Verificar a relação entre *audit delay* e as características do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal das empresas listadas na B3.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Evidenciar as características do Conselho de Administração quanto ao tamanho, dualidade e independência, das empresas listadas na B3, nos níveis de Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1;
- Demonstrar as características do Comitê de Auditoria quanto a *expertise* dos membros, tamanho e independência, das empresas listadas na B3, nos níveis de Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1;
- Analisar quantas empresas listadas na B3, nos níveis de Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1, possuem Conselho Fiscal, já que esse não se trata de um mecanismo obrigatório;
- Verificar a existência de *audit delay* nas empresas listadas na B3 nos níveis de Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

A justificativa da pesquisa pode ser definida sobre três aspectos: teórico, empírico e social. Dessa forma, sob o aspecto teórico, a pesquisa visa contribuir no sentido de evidenciar a importância dos mecanismos de governança corporativa bem como a sua relação com o *audit delay* demonstrando a importância trazida pela literatura. Desta maneira, a pesquisa mostra-se relevante por contribuir com o tema sobre governança corporativa, especificamente, na busca por um novo relacionamento entre características dos mecanismos e o atraso do parecer da auditoria.

Em relação ao aspecto empírico, notam-se poucos estudos que abordam a temática envolvendo o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal em relação ao *audit delay*, tornando a pesquisa oportuna, pois a mesma visa fazer esta relação entre os mecanismos e o *audit delay*.

Quanto ao aspecto social, a pesquisa contribui para que os empresários notem a importância de analisar as características internas e externas da organização, além de suas demonstrações financeiras, antes de escolher em qual organização fará seus investimentos.

### 1.4 DELIMITAÇÕES

A pesquisa se limitará às empresas listadas na B3, nos níveis do Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1. Delimitando-se as companhias que possuem Conselho de Administração e Comitê de Auditoria, abrangendo o período de três anos: 2014, 2015 e 2016.

Os mecanismos de governança corporativa acima citados, abrangerão variáveis específicas. No Conselho de Administração serão analisadas as características quanto ao tamanho, dualidade e independência. No Comitê de Auditoria serão analisadas a *expertise* dos membros, tamanho e independência, além de verificar a existência da instalação do Conselho Fiscal nessas empresas.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial busca fundamentar a pesquisa em teorias, iniciando com a temática sobre Teoria da Agência, governança corporativa, os aspectos relacionados ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, e, por fim, trata sobre o *audit delay* e estudos precedentes.

### 2.1 TEORIA DA AGÊNCIA

A Teoria da Agência pode ser considerada como premissa básica para os estudos sobre governança corporativa. Isso porque a criação dos modelos de governança teve como princípio as discussões acerca das influências da gestão das empresas, preços, mercado, concorrência e suas influências sobre as partes interessadas nos negócios das empresas (LOPES, 2010).

Nota-se, que algumas empresas com nível de governança corporativa não tratam o gerenciamento da informação com o real objetivo de informar. A maioria dessas empresas utiliza a governança corporativa como padrão de gestão e, ainda, que a gestão da informação seja aplicada internamente, em alguns casos ela não satisfaz como poderia os *stakeholders* (LOPES, 2010).

Dessa forma, diante do exposto e considerando que as mudanças na estrutura das organizações são decorrentes do seu próprio desenvolvimento, pois, enquanto o porte da empresa permite que o controle e a administração sejam realizados por seu próprio dono, o processo de tomada de decisão e o controle ficam centralizados na mesma pessoa, o proprietário; porém à medida que essa organização passa a ser mais complexa - dada ao aumento de suas operações - surge a necessidade de delegar o controle aos administradores, os quais são remunerados para exercer tal função (BIANCHI, 2005), pois parte-se do pressuposto de que a informação é um conteúdo capaz de promover uma alteração na estrutura mental de uma pessoa, à medida que essa pessoa a compreende e a atribui significado (LOPES, 2010).

Já nas organizações empresariais de capital aberto a maioria dos acionistas estão desvinculados do controle da organização, o que demanda pessoas com capacidade e conhecimento para gerenciá-las, serviço este que é prestado em troca de um salário, uma vez que nem sempre os investidores do capital possuem interesse em administrar o negócio, e por isso optam pela contratação de terceiros (JACQUES, 2011).

A partir desse pressuposto, defende-se que a informação é elemento necessário para o processo de construção do conhecimento. Independentemente do sentido e valor atribuído por cada pessoa, a informação é recebida e assimilada de acordo com as condições cognitivas e experiências e conhecimentos existentes. Por isso, a informação possui grande valor, sendo considerada um recurso imprescindível e cuja gestão é fundamental em qualquer segmento da sociedade (LOPES, 2010).

Essa separação entre propriedade e controle é definida na teoria da agência, que trata de uma relação firmada por meio de um contrato onde uma das partes (principal) confere a outra parte (agente) funções para a realização de serviços em seu benefício atribuindo a ela poderes de decisão (JENSEN; MACKLING, 1976). Bianchi (2005) destaca que a falta de mecanismos que gerenciem o monitoramento dos agentes por parte do principal possibilita que os agentes tomem decisões voluntárias no desenvolvimento da organização.

Ficando assim, a relação de contrato entre as duas partes definida por Martinez (2001), em que o principal figura-se como o proprietário do capital e o agente figura-se como o gerente, então “como parte integrante dessa relação contratual surge à figura de um sujeito ativo, o qual a teoria consagra com o nome de Principal e como sujeito passivo, o Agente” (MARTINEZ, 2001, p.2).

### 2.1.1 Conflitos De Agência

Em função de tal diferenciação, começam a surgir os conflitos de agência. Tais conflitos são decorrentes da separação entre a gestão e o controle das decisões tomadas na organização. Isso acontece, pois, nem sempre o agente agirá de acordo com os interesses do principal, dessa forma se fazem necessárias técnicas de monitoramento para garantir que as decisões tomadas pelo agente estejam de acordo

com os interesses do principal, com isso compreende-se que o conflito abordado sempre irá gerar custos significativos em decorrência dos contratos firmados pelas partes (FAMA; JENSEN, 1983 e JENSEN; MECKLING, 1976).

Em muitos casos se observa que os indivíduos tendem enfatizar a maximização de seus interesses individuais e preferências, colocando os objetivos da organização em segundo plano. O conflito de agência trata a razão pela qual os objetivos do principal podem não vir ao encontro dos objetivos do agente (JENSEN; MECKLING, 1976).

Corroborando com a ideia, Silveira (2002), expõe que esse conflito de agência pode ser estendido entre os acionistas controladores em relação aos acionistas minoritários, onde os acionistas controladores possuem benefícios especiais nessa relação. Para Jensen e Meckling (1976), essa relação fará com que os acionistas minoritários gastem mais recursos com controle para monitorar o comportamento dos administradores e acionistas controladores, gerando assim mais custos de agência.

### 2.1.2 Custos De Agência

Pontuam Jensen e Meckling (1976), que diversos esforços são necessários para reduzir as divergências de interesses entre agente e principal, esses esforços possuem uma finalidade de proteção e são chamados de custo de agência. Os custos agência foram segregados por Jensen e Meckling (1976) em três tipos (a) custo de monitoramento realizados pelo principal, (b) custos de vínculo por parte do agente e (c) as perdas residuais do principal, sendo esses essenciais, uma vez que restringem a liberdade de decisão e a prática de atividades irregulares por parte da gerência, explicando que é impraticável manter uma relação de agência sem incorrer custos sobre ela.

Para Gotaç, Montezano e Lameira (2015) há um custo de monitoramento quando, por exemplo, o principal desejar limitar as divergências de seus interesses remunerando o agente para que ele não tome medidas ou decisões que prejudique seus interesses, porém há mecanismos que regulam os gestores para que não coloquem seus interesses individuais acima dos interesses da organização, essas práticas são chamadas de mecanismos de governança corporativa, sua principal

função é minimizar os custos de agência regulando a separação dos interesses entre investidores e administradores ou entre acionistas e controladores minoritários, uma vez que possui como finalidade reduzir os problemas de agência existentes na organização (BIANCHI, 2005).

Essa desigualdade de poder entre controle e gestão pode provocar conflitos de interesses entre acionistas, investidores e demais interessados na empresa. Nesse contexto permeado por iminentes conflitos de interesses, surge a governança corporativa como um processo que pode reduzir a distância existente entre proprietários e administradores da empresa e a sociedade de maneira geral (LOPES, 2010).

## 2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa pode ser definida como sistema pelo qual as empresas e organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os sócios, o Conselho de Administração, órgãos de controle e fiscalização e demais partes. Tendo como principal função alinhar o interesse das partes com a finalidade de preservar o valor econômico da organização. No entanto, depende de um conjunto de mecanismos internos e externos que sintonize os interesses de ambas as partes (IBGC, 2015 e SILVEIRA, 2004).

O aprimoramento da governança corporativa surgiu mediante a constatações, em que os gestores se apropriavam das riquezas por meio dos acionistas, havendo o risco de os recursos dos investidores não serem empregados de forma satisfatória decorre da separação entre propriedade e controle, sendo que quem fornece o capital não participa diretamente da tomada de decisão (SILVEIRA, 2004).

Cândido (2010), ressalta que a governança corporativa além de abranger os problemas de agência e a disparidade existente entre acionistas majoritários e acionistas minoritários, elenca também a relação que há entre os detentores do capital e os gestores que administram esses recursos que são aplicados na empresa. Ainda para Cândido (2010, p. 21) “nessa relação de agência há um potencial problema de assimetria informacional, pois a qualidade na aplicação dos recursos não é comumente conhecida pelo principal e pelo agente”.

Com o intuito de reduzir a assimetria informacional, corrigir falhas existentes nesse contexto de conflitos e demonstrar maior transparência das informações prestadas aos interessados, diversos mecanismos podem ser utilizados como forma de minimizar a divergência de informações existentes (DALMÁCIO, 2009).

Essa forma de administrar traz aos investidores e acionistas uma maior credibilidade e qualidade nas informações apresentadas pelas organizações. Pois, os mecanismos visam minimizar os conflitos, corrigindo falhas de comunicação e informação (DALMÁCIO, 2009).

Conforme destaca o IBGC (2009), as boas práticas de governança corporativa elencam alguns princípios básicos que permeiam a relação entre todos os interessados na organização, esses princípios contribuem para a qualidade da gestão da organização e resultam no aumento da confiabilidade das informações. Sendo eles:

a) **Transparência:** todas as partes interessadas devem ter acesso às informações geradas pela organização de forma completa, e não somente daquelas obrigatórias pela legislação. Não devem ser restritas apenas as informações de cunho econômico e financeiro, mas sim de sua totalidade, inclusive as que norteiam a ação gerencial.

b) **Equidade:** Consiste na igualdade, caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico a todas as partes interessadas (*stakeholders*) no contexto organizacional.

c) **Prestação de Contas (*accountability*):** Sabendo da responsabilidade do administrador, denominado como agente - nos casos em que há separação de propriedade e controle na organização - em prestar esclarecimentos da sua atuação, é imprescindível que o faça de forma clara, concisa, compreensível e tempestiva. Dessa forma, o agente assume integralmente as consequências de seus atos e as responsabilidades referentes a sua atuação no contexto da organização.

d) **Responsabilidade Corporativa:** é o princípio que determina que o agente, por ser uma peça importante na organização, deve zelar pela viabilidade econômico-financeira da organização. Sendo assim, deve possuir uma visão mais ampla da estratégia empresarial, considerando o contexto da sociedade em que atua, identificando os efeitos que as operações da empresa causam considerando seu modelo de negócio e também o seu capital.

De acordo com Pires (2008), é próprio que a separação da propriedade e do controle das organizações leve a uma disparidade de informações, em que muitos

casos podem haver que a informação que o acionista detém é divergente daquela que o administrador possui, essa discordância é conhecida por assimetria informacional. Desse modo, corroboram com essa ideia Vieira e Mendes (2004), expondo que a governança corporativa visa contribuir para a diminuição da assimetria informacional, dando maior transparência às informações repassadas aos investidores. Tal transparência proporcionará maior confiabilidade à organização tanto na sua relação com os acionistas quanto aos demais agentes internos e externos interessados.

Sendo assim, Oliveira (2013, p. 24) destaca que as adoções das regras de governança corporativa mostram-se eficientes no que tange a redução dos riscos para os investidores. Conferindo a estes investidores direitos e garantias de informações mais completas e fidedignas, reduzindo a “assimetria informacional entre acionistas, controladores, participantes do mercado e os gestores da companhia”.

### 2.2.1 Início Da Governança Corporativa No Brasil

No Brasil, o desenvolvimento das práticas de governança corporativa iniciou-se devido a necessidade de demonstrar maior grau de transparência nos negócios. Uma vez que a adoção dessas práticas, possibilitava a captação de financiamentos especiais concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dentre outros benefícios (BIANCHI, 2005).

Conforme Silveira (2002), é notório que a partir dos anos noventa, com a obtenção de maior estabilidade econômica e a abertura de mercado, a competitividade e a dificuldade de captação de recursos financeiros estatais tem sido um fator motivador das empresas aderirem práticas que os conduzam ao mercado de capitais. Em 1995, a governança corporativa no Brasil se solidificou com a criação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). O autor destaca ainda que era a única organização da América Latina que debatia sobre o tema, ainda no mesmo ano, o IBGC abordou o tema de relação da agência na primeira versão do “Código de melhores práticas de governança corporativa”, além disso, direcionou as diretrizes para a atuação do Conselho de Administração.

Para Carvalho (2002, p. 25) “o estado da Governança Corporativa no Brasil pode ser mais bem compreendido à luz do modelo de desenvolvimento do mercado

acionário, que data do início dos anos 1970. Até então o mercado acionário era bastante desregulado”. Arruda, Madruga e Freitas Junior (2008) destacam ainda que a Lei 4.404/1976 chamadas de Lei das Sociedade Anônimas, e também conhecida por Lei das Sociedades por Ações e a Lei 6.385/76 do mercado de valores mobiliários, lei essa que cria a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), se demonstraram de grande importância para o desenvolvimento do mercado de capitais no país.

No final dos anos noventa alguns investidores, órgão reguladores e o governo tiveram a iniciativa de promover a reforma da Lei das Sociedades por Ações a fim de melhorar as práticas existentes (CARVALHO, 2002).

Contudo, com o intuito de sobressair as organizações que demonstravam comprometimento com a transparência de suas informações e aquelas que adotavam as melhores práticas de governança corporativa, em 2001 criou-se diferenciados níveis de governança com os mais altos padrões de qualidade informacional, sendo classificados em Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1. A adesão a esses níveis ocorre de forma voluntária e acontece por meio de contratos firmados entre as partes, com um nível de exigência de informação crescente, que abrangem até mesmo, além daqueles exigidos em forma de lei (SILVEIRA, 2004).

### 2.3 NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA B3

Conforme descrito no *website* da B3, os segmentos de listagem foram criados para que as empresas de diferentes perfis pudessem melhor se adequar para que o desenvolvimento do mercado de capitais fosse possível. Todos os segmentos levam em conta rígidas práticas de governança corporativa, além das obrigações dispostas na Lei das Sociedades por Ações. Os segmentos de listagem são: Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, NM, N2 e N1.

Segundo Silveira (2004) em 2001 a B3 criou o NM, N2 e N1 de governança corporativa, visando dar maior enfoque nas empresas, com mais transparência, comprometimento e melhores práticas de governança corporativa. A adesão a esses segmentos é voluntária e ocorre por meio de um contrato.

A passagem para um nível superior de governança corporativa faz com que o nível de segurança oferecido aos acionistas aumente, assim como a melhoria da

qualidade das informações prestadas por parte das organizações (VIEIRA; MENDES, 2004). Portanto, para Almeida, Scalzer e Costa (2008, p.119) “por meio de tais níveis seria possível classificar as empresas de acordo com o número de obrigações adicionais à legislação brasileira, incorrendo em uma potencial sinalização para o mercado”. Dessa forma os autores complementam que as companhias que se apresentam listadas nos segmentos abordados tem por objetivo, além de maximizar os direitos dos acionistas minoritários, também aumentar a transparência das informações divulgadas.

No Quadro 1, tem-se o comparativo entre os segmentos de listagem da B3 quanto as obrigatoriedades exigidas em cada nível de governança corporativa.

**Quadro 1 Comparativo dos Segmentos de Listagem**

	<b>NM</b>	<b>N1</b>	<b>N2</b>
<b>Características das Ações Emitidas</b>	Permite a existência somente de ações ON	Permite a existência de ações ON e PN (com direitos adicionais)	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)
<b>Percentual Mínimo de Ações em Circulação (free float)</b>	No mínimo 25% de free float	No mínimo 25% de free float	No mínimo 25% de free float
<b>Distribuições públicas de ações</b>	Esforços de dispersão acionária	Esforços de dispersão acionária	Esforços de dispersão acionária
<b>Vedação a disposições estatutárias</b>	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas"	Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas"	Não há regra
<b>Composição do Conselho de Administração</b>	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos	Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos
<b>Vedação à acumulação de cargos</b>	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)	Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)
<b>Obrigação do Conselho de Administração</b>	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da companhia	Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da companhia	Não há regra



	<b>NM</b>	<b>N1</b>	<b>N2</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	Traduzidas para o inglês	Traduzidas para o inglês	Conforme legislação
<b>Reunião pública anual</b>	Obrigatória	Obrigatória	Obrigatória
<b>Calendário de eventos corporativos</b>	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
<b>Divulgação adicional de informações</b>	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta	Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta
<b>Concessão de Tag Along</b>	100% para ações ON	100% para ações ON e PN	80% para ações ON (conforme legislação)
<b>Oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico</b>	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento	Conforme legislação
<b>Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado</b>	Obrigatório	Obrigatório	Facultativo

**Fonte: Adaptado B3 (2017)**

Sobre as definições de Almeida, Scalzer e Costa (2008) a adesão ao NM, N2 e N1 ocorre de acordo com o grau de compromisso assumido. A Adesão ao N1 exige melhorias na prestação de informações ao mercado e devem promover a dispersão do controle acionário. As empresas listadas no N2 devem aderir as práticas do N1, além de ampliar e priorizar os direitos dos acionistas minoritários. E a listagem no NM, considerada a de mais alto padrão, apresenta a exigência da emissão apenas de ações com direito de voto, as chamadas ações ordinárias.

Ficando então claro que, o principal objetivo da governança corporativa é “a proteção dos interesses dos acionistas contra o comportamento do gestor e dos acionistas minoritários contra ações despóticas dos acionistas controladores” (GOTAÇ; MONTEZANO E LAMEIRA, 2015, p.410), sendo formada por mecanismos que visam minimizar os custos de agência, por meio da formação do Conselho de Administração, o qual tem a função de tomar importantes decisões dentro da organização além de monitorar os gestores (MARTINEZ, 2001).

Visando a maior aderência às práticas de governança corporativa, são adotados esses mecanismos pelas empresas para controle e gestão. Podem-se citar

como algumas dessas ferramentas: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

### 2.3.1 Conselho De Administração

De acordo com o art. 138 da Lei Nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, e sua existência é obrigatória nas companhias abertas e de capital autorizado. A atuação do Conselho de Administração deve ter por base a diminuição de conflitos e a redução dos conflitos de agência (KASHIO, 2007).

O Conselho de Administração é o principal órgão de governança, pois é responsável pelo processo de gestão, definição estratégica, orientação geral e planos de ação da organização, é ainda um órgão de ligação que orienta e supervisiona a relação da gestão com as partes interessadas, recebe poderes de tomada de decisão dos sócios e acionistas e presta conta aos mesmos (IBGC, 2008).

Conforme Kashio (2007 p. 44) “o Conselho de Administração tem por fim a realização dos interesses dos acionistas perante a companhia para ratificar e monitorar a estratégia do órgão executivo. Seu papel é definido pela lei”. O autor complementa que as decisões tomadas pelo conselho são unicamente relacionadas ao controle, no que tange às decisões de gestão, são de competência do poder da direção executiva. Desempenha um papel de extrema importância nas organizações, sendo o principal mecanismo interno de governança corporativa, que visa diminuir os custos de agência entre acionistas e gestores (SILVEIRA, 2002), sendo imperativo a identificação do grau de liberdade fornecido ao Conselho de Administração, para que seja protegido os interesses de forma total aos acionistas e não apenas a um grupo (DUTRA; SAITO, 2002).

Conforme o IBGC (2015, p. 45) podem ser identificadas três classes de conselheiros que fazem parte do Conselho de Administração, sendo eles:

- a) Conselheiros internos: conselheiros que ocupam posição de diretores ou que são empregados da organização;
- b) Conselheiros externos: conselheiros sem vínculo atual comercial, empregatício ou de direção com a organização, mas que não são independentes, tais como ex-diretores e ex-empregados, advogados e

consultores que prestam serviços à empresa, sócios ou empregados do grupo controlador, de controladas ou de companhias do mesmo grupo econômico e seus parentes próximos e gestores de fundos com participação relevante;

- c) Conselheiros independentes: conselheiros externos que não possuem relações familiares, de negócio, ou de qualquer outro tipo com sócios com participação relevante, grupos controladores, executivos, prestadores de serviços ou entidades sem fins lucrativos que influenciem ou possam influenciar, de forma significativa, seus julgamentos, opiniões, decisões ou comprometer suas ações no melhor interesse da organização.

As atribuições que compete o Conselho de Administração estão relacionadas no art. 142 da Lei nº 6.404/1976, o IBGC (2008) também aborda uma lista de competências destinadas a esse órgão, conforme demonstrado no Quadro 2.

**Quadro 2 Principais Atribuições do Conselho de Administração**

<b>PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
<b>LEI Nº 6.404/76, ART. 142</b>	<b>IBGC (2008)</b>
<p>I - Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;</p> <p>II - Eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto;</p> <p>III - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;</p> <p>IV - Convocar a assembleia-geral quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132;</p> <p>V - Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;</p> <p>VI - Manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir;</p> <p>VII - deliberar, quando autorizado pelo estatuto, sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição;</p> <p>VIII – autorizar, se o estatuto não dispuser em contrário, a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;</p> <p>IX - Escolher e destituir os auditores independentes, se houver.</p>	<p>I - Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;</p> <p>II - aprovar a política de gestão de riscos e acompanhar a implementação;</p> <p>III - constituir comitês, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, e aprovar os respectivos regimentos internos;</p> <p>IV - Nomear os membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês criados pelo Conselho;</p> <p>V - aprovar o Código de Conduta da Companhia e o seu próprio Regimento Interno;</p> <p>VI - convocar Assembléia Geral nos casos previstos em Lei e sempre que julgar conveniente, devendo, para tanto, providenciar a publicação do edital de convocação, de acordo com as regras estabelecidas no Estatuto Social;</p> <p>VII - avaliar, formalmente, os resultados de desempenho da companhia, do próprio Conselho, da diretoria e, individualmente, dos membros de cada um destes órgãos;</p> <p>VIII - fixar a remuneração individual dos administradores, quando não houver deliberação a respeito pela Assembléia Geral;</p> <p>IX - Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;</p> <p>X - Deliberar sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição, até o limite do capital autorizado;</p> <p>XI - por qualquer de seus membros, fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros atos, obtendo cópias sempre que assim achar necessário;</p>

	<p>XII - eleger e destituir o diretor-presidente e, por proposta deste, aprovar a escolha ou a dispensa dos demais diretores;</p> <p>XIII - fixar as atribuições dos diretores, observado o que a respeito dispuser o Estatuto Social;</p> <p>XIV - supervisionar o relacionamento entre os executivos e as demais partes interessadas (stakeholders);</p> <p>XV - Escolher e destituir auditores independentes com base em recomendação do Comitê de Auditoria (quando existente);</p> <p>XVI - determinar a contratação de especialistas e peritos para melhor instruírem as matérias sujeitas à sua deliberação;</p> <p>XVII - autorizar a alienação de bens do ativo permanente acima de (indicar limite de alçada), a constituição de ônus reais e a prestação de garantias acima de (indicar limite de alçada), bem como a constituição de obrigações em favor de terceiros;</p> <p>XVIII - determinar, anualmente, o valor acima do qual atos, contratos ou operações, embora de competência da diretoria, deverão ser submetidos à prévia aprovação do Conselho;</p> <p>XIX - manifestar-se sobre o relatório da diretoria, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação do resultado do exercício;</p> <p>XX - Ter, sempre atualizado, um plano de sucessão do diretor-presidente e de 6 outras pessoas chave da companhia; e</p> <p>XXI - outras atribuições definidas em Lei e no Estatuto.</p>
--	---

**Fonte: Dados da Pesquisa (2018)**

Para a gestão organizacional o Conselho de Administração exerce um importante papel, dessa maneira, é fundamental que os interesses de todos os acionistas sejam protegidos, a adoção de medidas protetoras é importante para identificar o grau de liberdade dado ao Conselho de Administração (DUTRA; SAITO, 2002).

Sendo assim, Silveira (2002, p. 51) expõe que “a principal função do conselho é monitorar a gestão da empresa e que somente conselheiros externos profissionais podem ser monitores eficazes”. Segundo o autor, a composição do conselho por membros externos é fortemente recomendada pelos códigos de governança, de forma a melhorar a tomada de decisões. Corroborar com essa ideia Fama e Jensen (1983) ao dizer que os conselheiros independentes são capazes de suportar as pressões da empresa em relação à manipulação de resultados, sendo assim, os interesses de todos os acionistas são preservados.

De acordo com o regimento interno do Conselho de Administração da B3, o conselho é composto por no mínimo sete e no máximo onze membros, todos eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição, o Conselho deve ser formado com a maioria de conselheiros independentes (B3, 2016).

Outra característica observada em pesquisas é com relação ao número de membros que compõe o Conselho de Administração. O IBGC (2015) recomenda um número ímpar de conselheiros, entre cinco e onze membros, podendo variar de acordo com o porte da empresa, setor de atuação, entre outras.

Um número reduzido de membros pode se tornar um benefício e ainda melhorar o desempenho de suas atribuições, pois com uma quantidade menor de membros o conselho pode funcionar de forma mais eficaz e diminuir a probabilidade de ser controlado pelo diretor executivo (JENSEN, 1993).

A dualidade dos membros que compõe o Conselho de Administração é outro aspecto importante observado no que concerne suas principais características. O IBGC (2015) destaca que a função de presidente do conselho não deve ser exercida pelo diretor-presidente, a fim de evitar acúmulo de funções e concentração de poder.

Jensen (1993) ressalta que a dualidade de funções evidencia o conflito de interesse ao executar simultaneamente as duas funções, Belkhir (2004) considera que, a separação da função de diretor presidente e de presidente do conselho contribui para a redução de custos de agência e a melhoria do desempenho da empresa.

Para um melhor desempenho de sua função, o Conselho de Administração conta com comitês acessórios, sendo que a função dos comitês é dar suporte ao Conselho de Administração, dando orientação geral das atividades e nas decisões estratégicas, dentre estes comitês estão, o Comitê de Auditoria, Governança e Indicação, Remuneração entre outros, que tem como objetivo apoiar na resolução de assuntos específicos (B3, 2016).

### 2.3.2 Comitê De Auditoria

O Comitê de Auditoria é um dos órgãos de apoio do Conselho de Administração, ele se reporta também a prestar informações à auditoria interna e à auditoria externa (ou independente) que é a principal responsável pela autenticidade das informações que são geradas pela empresa e transmitidas para seus *stakeholders* (DE LUCA *et al*, 2010).

Segundo Sorrentino, Vicente e Teixeira (2016, p. 242) o conceito de Comitê de Auditoria surgiu em 1930, foi “criado pela *New York Stock Exchange* (NYSE), mas sua obrigatoriedade só foi definida em 2002 com a promulgação da Lei Sabarney-Oxley (SOX)”. De Luca *et.al* (2010, p. 103) complementam que “a Lei SOX e seus desdobramentos na *Security and Exchange Commission* (SEC) puseram em destaque o papel da auditoria no cenário das organizações, principalmente daquelas listadas na (NYSE)”.

Sorrentino, Vicente e Teixeira (2016) destacam ainda que após a promulgação da SOX, o Brasil começa a tratar o Comitê de Auditoria como uma obrigatoriedade legal, e a adoção da regulamentação acerca do comitê, parte do órgão no qual a organização está submetida, as entidades que trazem essas determinações normativas são: o Conselho Monetário Nacional (CMN) via Bacen, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) por meio da Susep, além das orientações trazidas pelo IBGC e também pela CVM.

Para uma melhor visualização o Quadro 3, faz comparações entre a SOX, as normas do BACEN e as orientações do IBGC.

**Quadro 3 Comparativo entre a SOX e as regras Brasileiras**

	SOX	BACEN	IBGC	SUSEP
ATRIBUIÇÕES	Responsabilidade pela contratação e substituição do auditor	Recomendar a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria externa	Recomendar a contratação, remuneração, retenção e substituição do auditor independente	Recomendar a contratação do auditor independente
	Todos os serviços de auditoria e os não serviços devem ser pré-aprovados pelo comitê	Não faz referência	Não faz referência	Não faz referência

	SOX	BACEN	IBGC	SUSEP
	Determinar conjunto de procedimentos internos para assegurar a evidência contábil	Responsável pela revisão da eficácia e eficiência dos controles internos e riscos	Controle interno e riscos	Verificar o cumprimento de dispositivos legais e normativos, além de regulamentos e códigos internos
	Adoção pela empresa de um código de ética para administradores	Não faz referência	Zelar pelo cumprimento do código de conduta	Estabelecer e divulgar regulamentos e códigos internos
OBRIGAÇÕES	Não faz referência ao relatório do comitê	Deve elaborar o relatório de Comitê de Auditoria	Não faz referência	Deve elaborar, ao final dos semestres, o relatório de Comitê de Auditoria
	Sem referência específica	Deve possuir regras para seu próprio funcionamento aprovadas pelo Conselho de Administração	Deve adotar regimento interno	Deve possuir regras para seu próprio funcionamento aprovadas pelo Conselho de Administração
TAMANHO	Membros independentes do Conselho de Administração	Membros independentes. Não pode ser formado por membros do Conselho Fiscal	Membros independentes, com pelo menos um representante dos minoritários	Não faz referência
	Não faz referência	Mínimo, por três Integrantes	Não faz referência	Mínimo, por três Integrantes
QUALIFICAÇÃO	Pelo menos um dos membros seja um especialista financeiro	Pelo menos um dos membros deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria	Todos com conhecimentos básicos de contabilidade e finanças, sendo um com maior experiência em contabilidade e auditoria ou gestão financeira	Pelo menos um dos integrantes deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria
MANDATO	Não faz referência explícita	Permanência máxima de cinco anos com retorno após três anos	Pode ser limitado por meio de rodízio automático	Permanência máxima de cinco anos com retorno após três anos
REUNIÕES	Os auditores deverão encaminhar relatório específico para o comitê	Determina a realização de Reuniões periódicas com os auditores	Reuniões com os auditores	Reunir-se, no mínimo trimestralmente, com os auditores independentes

SOX	BACEN	IBGC	SUSEP
Não faz referência	Reunir-se, no mínimo, trimestralmente com os auditores	Reunir-se regularmente com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal (quando instalado), o diretor-presidente e demais diretores	Reunir-se, no mínimo, trimestralmente com os auditores.

Fonte: Adaptado de Sorrentino, Vicente e Teixeira (2016) – original Silva (2009).

Segundo Furuta (2010) no ano de 2002, o IBGC emitiu orientações recomendando que todas as empresas formassem um Comitê de Auditoria em sua estrutura organizacional. Em 2003, o Conselho Monetário Nacional aprovou a resolução nº 3.081/2003 destinadas às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco central do Brasil, autorizando o Conselho Fiscal a exercer, na mesma forma e regra estabelecida pela SEC, as funções do Comitê de Auditoria. Posteriormente, a resolução nº 3.170/2004 segregou as funções do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, a partir de então, cada órgão teria suas funções e atribuições definidas separadamente.

De Luca *et al.*, (2010), argumentam que muitas empresas brasileiras abordavam a discussão de que as funções delegadas ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria eram muito semelhantes, e a segregação desses dois mecanismos acarretaria no aumento das despesas administrativas das companhias. A CVM, porém, não obriga a adoção do Comitê de Auditoria para todas as companhias que estão sob sua supervisão, contudo há uma forte recomendação para que sejam adotadas as regras estabelecidas por esse mecanismo (FURUTA, 2010).

De acordo com Baioco e Almeida (2017, p. 232):

o Comitê de Auditoria possui a função de supervisão do processo de geração das informações contábeis (gestão dos processos internos e integridade e efetividade dos controles internos), dos relatórios financeiros e da auditoria interna e externa, incluindo a resolução de conflitos entre a administração e auditor.

Santos (2009, p. 40), expõe que o “Comitê de Auditoria tem a missão de avaliar o desempenho econômico-financeiro de uma entidade contábil num determinado período de tempo”. Funciona como um órgão consultivo do Conselho de



Administração, e uma de suas atribuições é de que seja formado, preferencialmente, por seus membros (BAIOCO, 2015).

Portanto, recomenda-se que o Comitê de Auditoria seja formado por membros do Conselho de Administração, de preferência independentes, deve ser composto por pessoas com competências e qualidades adequadas, e pelo menos um dos membros deve ter conhecimento comprovado nas áreas de contabilidade, auditoria e finanças. O número de reuniões ordinárias deve ser determinado de acordo com a necessidade da organização, volume e complexidade dos assuntos, sugere-se pelo mínimo uma reunião mensal (IBGC, 2009).

Segundo Klein (2002) quanto mais membros independentes o Comitê de Auditoria tiver, melhor será a qualidade das informações contábeis apresentadas, deve ser formado por membros independentes e com especialidade na área de contabilidade e finanças (FURUTA, 2010). Objetiva cuidar de assuntos específicos deste conselho, os quais correspondem ao monitoramento de controles internos, controle de riscos, elaboração de relatórios financeiros, cumprimento de normas e leis entre outros (CUNHA, 2011), auxiliando tanto na qualidade das demonstrações financeiras apresentadas quanto na execução de controles internos e gerenciamento de riscos (IBGC, 2017).

No que se refere ao tamanho (número de membros), para Instrução Normativa da CMV 509 de 16 de novembro de 2011, o comitê deve ser composto por no mínimo três membros, e poderão exercer tal cargo por no máximo dez anos.

Para Cunha, Pletsch e Silva (2015), quanto maior for o número de membros, menor será a pressão da gestão da empresa em relação à resistência dos ajustes que foram propostos pela auditoria externa.

Em relação a *expertise*, o IBGC (2015) estabelece que ao menos um dos membros que compõe o comitê deve possuir experiência comprovada na área contábil, financeira ou de auditoria. Dezoort e Salteiro (2001) destacam que a probabilidade de encontrar distorções relevantes nas demonstrações a tempo de serem corrigidas, aumenta consideravelmente quando a empresa possui membros no Comitê de Auditoria com conhecimento na área financeira e principalmente na área de auditoria.

Por fim, em relação a independência, o comitê deve ser formado preferencialmente, ou na sua maioria, por membros independentes devido à existência da grande possibilidade de conflitos de interesses (IBGC, 2015). Song e

Windram (2004) apontam que a eficácia do comitê é fortemente influenciada se este possui a maioria de seus membros independentes.

Ika e Ghazali (2012) afirmam que a divulgação dos relatórios financeiros de forma pontual faz com que o Comitê de Auditoria se torne mais eficaz. Os autores abordam que a independência dos membros do comitê, a formação na área contábil, de auditoria ou finanças (*expertise*) e o tamanho do Comitê de Auditoria são as variáveis determinantes utilizadas para medir tal eficácia analisada nessa pesquisa.

Para Furuta (2010) o Comitê de Auditoria funciona como um canal de comunicação entre o Conselho de Administração e o auditor, a fim de reduzir a assimetria de informação entre o gerente e o conselho. É um mecanismo utilizado para diminuir os custos de agencia e melhorar a qualidade de informação na relação agente-principal.

### 2.3.3 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão fiscalizador independente da diretoria e do Conselho de Administração, que visa contribuir para um melhor desempenho da organização. Objetiva fiscalizar os órgãos da administração e opinar sobre as demonstrações contábeis (IBGC, 2007).

De Luca *et al.*, (2010 p. 111) ressaltam “que o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal são instrumentos distintos de governança. O Conselho Fiscal é independente e tem o propósito único de servir aos acionistas, enquanto o Comitê de Auditoria dá suporte ao Conselho de Administração”.

De acordo com Furuta (2010, p. 65) o Conselho Fiscal é “um órgão de fiscalização da própria gestão da companhia, eleito pela Assembleia Geral dos acionistas. É um órgão de existência obrigatória, mas de funcionamento não permanente”. Para Baioco e Almeida (2017) o Conselho Fiscal é um órgão instalado pela assembleia geral, ele não está vinculado a nenhum outro órgão da organização, é um mecanismo autônomo e presta contas somente aos acionistas por meio de assembleias. Suas ações são estruturadas perante a fiscalização da companhia.

O Conselho Fiscal já estava previsto na lei n.º 6.404 de 1976, em seu artigo n.º 161, que foi ratificado também no novo Código Civil, em seu artigo 1.066. Com a

Lei n.º 11.638, em 28 de dezembro de 2007, a qual prevê alterações à Lei n.º 6.404, não houve modificações quanto ao Conselho Fiscal. Desta maneira, está estabelecido que o conselho deve ser formado por no mínimo três e no máximo cinco membros.

De acordo com a lei n.º 6.404 de 1976, artigo nº 163, cabe ao Conselho Fiscal as seguintes atribuições:

- I – Fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II – Opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral;
- III – opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- IV – Denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;
- V – Convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- VI – Analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia;
- VII – examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.

Furuta (2010, p.71) explica que “o Conselho Fiscal é eleito pela Assembleia Geral, ou seja, é um órgão que representa os acionistas, inclusive os minoritários”. Ele não está vinculado a nenhum órgão e tem apenas o papel de fiscalizador, não estando subordinado ao Conselho de Administração nem a outros comitês existentes na organização, portanto é de funcionamento autônomo (FURUTA, 2010).

## 2.4 *AUDIT DELAY*

O prazo entre o encerramento do exercício e o relatório do parecer da auditoria é internacionalmente conhecido com o termo *audit delay* (NG; TAY, 1994), sendo que esse pode indicar fatores de risco na organização, originado de controles internos, qualidade das informações demonstradas nos relatórios financeiros e

integridade dos gestores, o que faz com que o trabalho da auditoria aumente, atrasando assim o parecer (MANDE; SON, 2011).

Conforme Habib e Bhuiyan (2011), o processo de adoção as normas internacionais de contabilidade, as IFRS (*International Financial Reporting Standards*), aumentaram o *audit delay* das empresas, uma vez que a complexidade dessas normas exige maior tempo de trabalho do auditor. Outro fator relevante abordado no estudo de Geiger e Rama (2006), reporta que as empresas que foram auditadas por alguma das quatro maiores empresas de auditoria, as chamadas *Big Four*, apresentaram mais qualidade e menos erros nas demonstrações em comparação com as demais empresas auditadas por firmas de auditorias não classificadas entre as quatro maiores.

Para Bowrin (1998), o tamanho da organização influencia no atraso do auditor, pois quanto maior a empresa, mais transações terão que ser auditadas, demandando mais tempo da auditoria e assim apresentando maior *audit delay*, relacionando ser uma grandeza diretamente proporcional entre tamanho da unidade de negócios e o tempo do relatório da auditoria. Portanto, ter pressa não é aconselhável quando se trata de auditoria, pois podendo contar com o tempo apropriado os auditores diminuem os riscos de a informação contábil ser apresentada de forma divergente, por este motivo uma auditoria mal executada pode aumentar os riscos para a sociedade (PEREIRA, 2011).

Ressalta-se que o *audit delay* também sofre influência do Comitê de Auditoria, ou seja, quanto maior e quanto mais membros independentes e com conhecimentos específicos em finanças, contabilidade e auditoria, menor será o prazo de entrega do parecer (CUNHA, *et al.*, 2015).

Ashton, Willingham e Eliot (1987) pesquisaram qual seria a relação do *audit delay* com variáveis relacionadas ao auditor externo, obtendo como resultado que, nos casos de empresas que possuem opiniões modificadas no parecer do auditor independente possuem atraso significativamente maior do que nas empresas que possuem relatórios não modificados.

Crepaldi e Crepaldi (2016, p. 594), afirmam que “o auditor deve expressar uma opinião não modificada quando concluir que as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.”

A NBC TA 705 dispõe que a opinião modificada compreende a opinião com ressalva, adversa ou abstenção de opinião e que devem ser realizadas quando o auditor conclui com base na evidência de auditoria obtida, que as demonstrações contábeis como um todo apresentam distorções relevantes, ou quando não consegue obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que as demonstrações contábeis como um todo não apresentam distorções relevantes.

De acordo com um estudo realizado por Carslaw e Kaplan (1991), na Nova Zelândia, as variáveis do tamanho da companhia e divulgação do resultado em lucro ou prejuízo afetaram o *audit delay* das empresas nos anos de 1987 e 1988. Ng e Tai (1994) também identificaram que o tamanho da companhia afeta o tempo de trabalho utilizado pelo auditor independente.

Notando que é importante lembrar que a divulgação das informações no tempo certo é de extrema importância para a organização, pois as informações financeiras desempenham um papel importante em relação ao mercado e aos investidores, o atraso compromete a confiabilidade na organização (SULTANA; SINGH E ZAHN, 2014).

Compreendendo tal seriedade Pereira (2011, p.19) diz que “se o *audit delay* é elevado, é possível que a percepção de risco de informação de desempenho piore para as companhias e as firmas. Investidores podem vender as ações ou exigir uma remuneração maior. ” Conclui-se, portanto, que o *audit delay* alto adverte que a organização possui algum tipo de problema em seus relatórios financeiros e demonstrações contábeis (CUNHA, *et al.* 2015).

## 2.5 ESTUDOS PRECEDENTES

Buscou-se realizar um apanhado de pesquisas que referenciem a relação do *audit delay* com os mecanismos de governança corporativa, por meio de estudos precedentes. O Quadro 4, a seguir apresenta as pesquisas identificadas:

**Quadro 4 Pesquisas que referenciam a relação do audit delay com os mecanismos de governança corporativa.**

Ashton, Graul e Newton (1989)	<p>Objetivo: Examinar as determinantes do atraso de auditoria entre o número de dias do calendário final do ano fiscal até a data do relatório de auditoria em uma amostra de 465 empresas listadas na Bolsa de Valores de Toronto de 1977 a 1982.</p> <p>Variáveis: tamanho do auditor, classificação da indústria, existência de itens extraordinários e sinal de renda.</p> <p>Resultados: Como resultado têm-se que várias variáveis incluídas no modelo são estatisticamente significativas, porém o atraso de auditoria explicado pelas variáveis é baixo.</p>
Carslaw e Kaplan (1991)	<p>Objetivo: Buscou-se ampliar pesquisas anteriores examinando a relação multivariada entre um conjunto de variáveis explicativas e o atraso na auditoria para uma grande amostra de empresas públicas da Nova Zelândia.</p> <p>Variáveis: controle da empresa, proporção da dívida, tamanho da empresa, indústria, renda, item extraordinário, opinião de auditoria, auditor, propriedade da empresa, proporção da dívida e final do ano fiscal</p> <p>Resultados: Os resultados indicam que tanto o tamanho da empresa quanto o sinal de renda afetam significativamente o atraso na auditoria ao longo dos dois anos examinados. Cinco outras variáveis explicativas afetaram significativamente o atraso na auditoria em um dos dois anos examinados. Esses resultados revelaram que o efeito do tamanho da empresa e o sinal de renda podem estar condicionados ao controle da empresa.</p>
Hossain e Taylor (1998)	<p>Objetivo: examinar a relação entre o atraso de auditoria e as várias características da empresa em um país em desenvolvimento no Paquistão, para medir a extensão do atraso de auditoria e estabelecer o impacto de atributos corporativos com o <i>audit delay</i>.</p> <p>Variáveis: atraso de auditoria, tamanho da empresa, índice de endividamento, rentabilidade, subsidiárias de empresas multinacionais, tamanho da empresa de auditoria,</p> <p>Resultados: Os autores selecionaram 103 empresas e verificaram que o atraso mínimo para entrega do parecer de auditoria é de 30 dias e o atraso médio é de 143 dias, enquanto que nos Estados Unidos a média de atraso chega a 40 dias, isso significa que a empresas paquistanesas estão utilizando mais tempo para completar sua auditoria.</p>
Al-Ajmi (2008)	<p>Objetivo: Verificou os determinantes para o atraso no parecer de auditoria externo em uma amostra de 231 empresas financeiras e não financeiras listadas na Barém Stock Exchange (BSE).</p> <p>Variáveis: Tamanho da empresa, rentabilidade, alavancagem, tipo de auditor (<i>big four</i> ou não <i>big four</i>).</p> <p>Resultados: Observou-se uma relação positiva entre as características da empresa auditada (tamanho, rentabilidade e alavancagem) com o <i>audit delay</i>. Contudo, não foi identificada relação entre o atraso do parecer de auditoria externa com o tamanho da firma de auditoria.</p>
Afify (2009)	<p>Objetivo: buscou investigar sobre o impacto das características da governança corporativa e características relacionadas à auditoria no atraso do relatório de auditoria especialmente nos mercados de capitais emergentes, como o Cairo e Alexandria Stock Exchange (CASE).</p> <p>Variáveis: relacionadas a governança corporativa: concentração da propriedade, independência do Conselho de Administração, dualidade do Conselho de Administração e existência de um Comitê de Auditoria. Relacionadas às variáveis de controle: tamanho da empresa, tipo de auditor, setor e lucratividade.</p> <p>Resultados: Para cada uma das 85 empresas listadas na amostra o atraso do relatório da auditoria variou de 19 dias a 115 dias. A análise de regressão indicou que a independência do Conselho de Administração, a dualidade e a existência do Comitê de Auditoria afetem significativamente o atraso, contudo a concentração de propriedade resultou efeito insignificante. As variáveis tamanho da empresa, setor e lucratividade também apresentaram significância no estudo.</p>

Habib e Bhuiyan (2011)	Objetivo: Analisar o atraso de auditoria em empresas da Nova Zelândia no período de 2004 a 2008, comparando-se auditores especializados e não especializados no setor auditado.
	Variáveis: presença de auditores especialistas em indústria, Adoção obrigatória das IFRS, final do exercício financeiro, indústria, tamanho da empresa, perda, condição financeira, subsidiárias, serviços de não auditoria, posse do auditor, controle de propriedade,
	Resultados: Obteve-se como resultado que o <i>audit delay</i> é menor para as empresas que são auditadas por auditores especializados e também que a adoção das IFRS aumentou o atraso para todos os auditores, com exceção para os auditores especializados do setor.
Mande e Son (2011)	Objetivo: examinar se os atrasos de auditoria prolongados levam a alterações de auditoria no ano subsequente.
	Variáveis: Demitir-se (se o auditor renunciar), atraso do relatório de auditoria, parecer em continuidade, opinião da auditoria modificada, número de anos auditado, valor da auditoria do ano anterior, ROA, perda, relação da das dívidas de longo prazo em relação aos ativos totais, crescimento, tamanho e acumulações discricionárias.
	Resultados: Os resultados do trabalho apontam que os auditores respondem aos fatos elevados de risco de auditoria, largando os clientes de risco, os fatores de risco de auditoria levam a mudanças de auditores no ano seguinte, e o mercado de capitais geralmente responde negativamente a troca de auditores e ao atraso do parecer de auditoria.
Pereira (2011)	Objetivo: investigar os determinantes do atraso em auditoria externa, <i>audit delay</i> (AD), de companhias brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo.
	Variáveis: tipo do parecer, tamanho da firma de auditoria, rodízio do auditor, tamanho do cliente auditado, reporte de prejuízos, reporte de itens extraordinários e diferença do entre o <i>audit delay</i> do setor financeiro e dos demais setores.
	Resultados: O estudo evidenciou que há uma relação positiva do <i>audit delay</i> com as ressalvas do parecer de auditoria. Os resultados obtidos pelo autor corroboram com a literatura internacional ao demonstrar semelhança quanto ao aumento do <i>audit delay</i> quando ocorre reporte de perdas, também tende a aumentar quando os clientes das firmas de auditoria são menores, concluindo, portanto, que há um grande potencial no uso do <i>audit delay</i> na avaliação de desempenho e de qualidade dos trabalhos de auditoria.
Alkhatib e Marji (2012)	Objetivo: Buscou-se apresentar os resultados de uma investigação empírica de fatores que afetam a pontualidade do relatório de auditoria na Jordânia, em uma amostra de 137 empresas listadas na Bolsa de Valores da Jordânia.
	Variáveis: Tipo de empresa de auditoria, alavancagem, rentabilidade, tamanho da empresa e setor de atuação.
	Resultados: Obteve-se como resultado que a rentabilidade do setor de serviços, o tipo de empresa de auditoria e o tamanho da empresa foi negativamente correlacionada enquanto que a alavancagem foi a única variável com correlação significativa. No setor industrial, todas as variáveis foram negativamente correlacionadas com o atraso do relatório de auditoria.
Ika e Ghazali (2012)	Objetivo: examinar a associação entre o Comitê de Auditoria a eficácia e a pontualidade do relatório.
	Variáveis: independência, <i>expertise</i> e tamanho do Comitê de Auditoria, divulgação de informações voluntariamente e se realizavam no mínimo quatro reuniões por ano.
	Resultados: Os resultados mostram que a pontualidade dos relatórios está associada a eficácia do Comitê de Auditoria. Este resultado sugere que a eficácia do Comitê de Auditoria provavelmente reduzirá o atraso do relatório, isto é, o tempo gasto pelas empresas para divulgar publicamente as demonstrações financeiras a Bolsa de Valores.
Yaacob e Che-Ahmad (2012)	Objetivo: analisar a relação entre a adoção do FRS 138 na emissão tempestiva do relatório de auditoria.

	<p>Variáveis: <i>audit delay</i>, Adoção da FRS 138, tamanho da empresa, dívida, perda, opinião de auditoria, número de subsidiárias e final do ano fiscal.</p> <p>Resultados: A análise de regressão de painel revela uma relação positiva significativa entre a adoção da FRS 138 e o atraso na auditoria. O resultado prova que o FRS 138 é um padrão complexo que leva mais tempo ao auditor para auditar.</p>
Pereira e Costa (2012)	<p>Objetivo: investigou os determinantes do atraso em auditoria externa, <i>audit delay</i> (AD), de companhias brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo.</p> <p>Variáveis: tipo do parecer, tamanho do auditor, troca do auditor, tamanho do cliente, reporte de prejuízos, reporte de itens extraordinários e mudança de regulamentação contábil.</p> <p>Resultados: Os resultados indicam que a emissão de opinião com ressalva, a divulgação de prejuízos e o início do processo de migração do modelo contábil brasileiro ao internacional estão relacionados com o atraso na emissão dos pareceres dos auditores. Em contrapartida, clientes maiores tendem a receber as opiniões em um tempo menor.</p>
Cunha <i>et al</i> (2015)	<p>Objetivo: verificar a relação entre as características do Comitê de Auditoria (CA) e o <i>audit delay</i> (AD). Da amostra composta por 95 empresas listadas na B3 que possuem Comitê de Auditoria.</p> <p>Variáveis: tamanho, independência e <i>expertise</i> do Comitê de Auditoria, tamanho, nível de governança corporativa e endividamento da empresa auditada e tamanho e honorários da firma de auditoria.</p> <p>Resultados: O estudo constatou uma relação inversa entre o <i>audit delay</i> e as características do Comitê de Auditoria, ou seja, quando maior for o tamanho, a independência e a <i>expertise</i> dos membros menor será o prazo de entrega do parecer de auditoria independente. Constatou-se ainda que as características da empresa auditada (tamanho, nível de governança corporativa e endividamento) e da firma de auditoria (tamanho e honorários) não possuem uma relação forte com o AD, mesmo mostrando-se positiva.</p>
Cunha, Pletsch e Silva (2015)	<p>Objetivo: verificar a relação entre as características da empresa, do Comitê de Auditoria e do auditor independente, com o prazo de publicação das demonstrações financeiras das empresas listadas na B3.</p> <p>Variáveis: Empresa auditada: prazo de publicação das demonstrações contábeis, rentabilidade, endividamento, liquidez corrente e retorno sobre o ativo, tamanho da empresa, setor de atuação e nível de governança corporativa, subsidiárias. Comitê de Auditoria: independência, tamanho e <i>expertise</i>. Auditoria Independente: Big Four e honorários de não auditoria.</p> <p>Resultados: Os resultados demonstram que o prazo de divulgação das demonstrações financeiras possui relação significativa com o endividamento, o setor da empresa, os honorários de não auditoria e se a empresa é auditada por Big Four. Empresas endividadas ou que pagam altos honorários de não auditoria tendem a divulgar tardiamente suas informações. Se auditadas por Big Four ou pertencentes aos setores de bens industriais, tecnologia da informação, construção e transporte, tendem a divulgar suas demonstrações financeiras em menor tempo.</p>
Baioco (2015)	<p>Objetivo: investigar os efeitos da instalação e das características do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria sobre a qualidade das informações contábeis no Brasil.</p> <p>Variáveis: As características estudadas foram à independência e a qualificação dos membros. As proxies da qualidade da informação contábil foram relevância, tempestividade e conservadorismo condicional.</p> <p>Resultados: Os resultados revelaram efeitos da instalação dos órgãos analisados sobre as proxies de qualidade da informação contábil. Os resultados para a instalação do Conselho Fiscal de forma permanente inferiram força desse órgão como mecanismo de controle, ao invés da instalação somente a pedido dos acionistas. Já, a implementação do Conselho Fiscal Turbinado se mostrou ineficiente no controle da qualidade das informações contábeis. Na análise das características, a independência</p>



	dos membros do Comitê de Auditoria impactou a relevância do lucro. Ao passo que a independência do Conselho Fiscal impactou a relevância do patrimônio líquido e o conservadorismo condicional. Essas associações foram mais significantes quando os membros do Conselho Fiscal eram independentes dos acionistas controladores.
Camargo e Flach (2016)	Objetivo: identificar se as empresas auditadas por uma firma de auditoria com <i>expertise</i> no setor auditado possuem um Audit Report Lag (ARL) menor do que o das demais.
	Variáveis: <i>expertise</i> da firma de auditoria, tamanho da empresa auditada, encerramento do exercício, prejuízo, liquidez corrente, Comitê de Auditoria, subsidiárias, tempo de relacionamento entre auditor e auditada, parecer modificado, tipo de controle, setor e total dos honorários de auditoria.
	Resultados: Os resultados apontam que empresas auditadas por firmas de auditoria com <i>expertise</i> no setor possuem um ARL de até 15 dias a menos, quando comparado às empresas auditadas por firmas sem esta característica. Quanto as variáveis de controle, observou-se que empresas maiores, que pertencem ao setor de materiais básicos e de tecnologia da informação tendem a apresentar ARLs menores. Por outro lado, empresas com prejuízos demoram, em média, oito dias a mais para receber o parecer. O ARL também foi maior para empresas que possuem controle governamental, pertencem ao setor de construção e transporte, possuem maiores índices de liquidez corrente e com maiores honorários pagos aos auditores.
Oussii e Taktak (2018)	Objetivo: investigar se existe alguma relação entre a eficácia de um Comitê de Auditoria e a tempestividade das demonstrações contábeis das empresas listadas na Tunísia representadas pelo atraso de auditoria externa (AD).
	Variáveis: Características do Comitê de Auditoria: autoridade, perícia financeira, independência, tamanho e diligência.
	Resultados: As análises multivariadas indicam que os comitês de auditoria com membros que possuem experiência financeira estão significativamente associados a um AD mais curto. Assim, os resultados sugerem que a <i>expertise</i> financeira do Comitê de Auditoria contribui para a melhoria da pontualidade das demonstrações contábeis.

**Fonte: Dados da Pesquisa 2018.**

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Nesta seção está demonstrada a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, desde a coleta, tratamento, análise e interpretação dos dados, bem como os métodos e técnicas. É subdividida em: enquadramento metodológico, população e amostra, constructo e hipóteses da pesquisa, coleta e procedimentos para a análise de dados.

#### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Em conformidade com os objetivos propostos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, que para Gil (2002, p.42) “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis”. Assim, verificou-se a relação entre *audit delay* e as características do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal das empresas listadas na B3.

Os procedimentos utilizados são caracterizados como documental, que, segundo Gil (2002, p.45), utiliza “materiais que não recebem ainda um tratamento analítico”, dessa maneira é possível reelabora-lo em consonância com o objeto da pesquisa. Confirma esse pensamento Severino (2007, p. 122), ao referir-se que pesquisa documental “têm-se como fonte de documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos”. Sendo assim, essa pesquisa se classifica como documental por utilizar o formulário de referência das empresas objeto da pesquisa na coleta de dados. Ainda se baseou em dados secundários extraídos da amostra das empresas selecionadas, obtidos por meio do site da B3.

A abordagem do problema é de caráter quantitativo, uma vez que foram utilizados dados numéricos das empresas analisadas com a aplicação de técnicas estatísticas. O método quantitativo é caracterizado pela pelo uso de quantificação, tanto na coleta de informações quanto no tratamento das mesmas, por meio de técnicas estatísticas desde as mais simples até as mais complexas (RICHARDSON, 1999).

Este tipo de pesquisa normalmente é utilizado em estudos descritivos, em que se busca evidenciar a relação entre variáveis (RICHARDSON, 1999). Neste caso, busca-se por evidenciar a relação do *audit delay* com as características do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal, entre outras variáveis de controle elencadas.

Na sequência é apresentada a população e a amostra utilizada na pesquisa.

### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A definição de população, para Colauto e Beuren (2010, p.118), compreende “a totalidade de elementos distintos que possui certa paridade nas características definidas para determinado estudo”. Já a amostra, é entendida, para Martins e Theóphilo (2009, p. 104), como “uma parte da população que é selecionada para análise”. Dessa forma, quando determinada a população da pesquisa, extrai-se uma parcela a qual será analisada e constitui a amostra da pesquisa.

A população da pesquisa representa as empresas listadas na B3, integrantes dos níveis de governança corporativa: NM, N2 e N1. Sendo que, as empresas que não possuíam os dados necessários foram excluídas da amostra.

A amostra é composta por empresas listadas nos três anos analisados e que possuem Comitê de Auditoria. Foram excluídas empresas financeiras, por atenderem legislações específica. Na Tabela 1, é apresentada a população e a amostra da pesquisa para o período analisado:

**Tabela 1 - Empresas por Segmento de Governança Corporativa**

Segmento	2014		2015		2016	
	População	Amostra	População	Amostra	População	Amostra
NM	117	49	117	49	117	49
N2	14	8	14	8	17	8
N1	21	5	21	5	21	5
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>62</b>	<b>152</b>	<b>62</b>	<b>152</b>	<b>62</b>

Fonte: Dados da pesquisa 2018

Sendo a população compreendida por 152 empresas listadas nos três níveis de governança corporativa, e a amostra estabelecida como sendo 49 empresas do

NM, 17 empresas do N2 e 5 empresas do N1. Totalizando uma amostra de 62 empresas.

### 3.3 CONSTRUCTO E HIPÓTESES DA PESQUISA

Martins e Theóphilo (2009, p.35) descrevem que “para explorar empiricamente um conceito teórico, o pesquisador precisa traduzir a assertiva genérica do conceito em uma relação com o mundo real, baseada em variáveis e fenômenos observáveis e mensuráveis, ou seja, elaborar (construir) um constructo e operacionalizá-lo”. Para evidenciar as variáveis e sua operacionalização, elaborou-se o seguinte constructo de pesquisa.

**Quadro 5 Constructo da Pesquisa**

Variável	Subvariável	Proxy	Coleta	Autores
<i>Audit delay</i>		Número de dias entre o último dia do exercício social até a data de publicação das demonstrações financeiras	Relatório do auditor independente	NG e Tay (1994); Mande e Son (2011); Pereira (2011)
Características do comitê de auditoria	Tamanho (CAUD_NMEM)	Quantidade de membros que compõem o Comitê de Auditoria.	Formulário de Referência - Item 12.7	CVM (2011); Cunha, Pletsch e Silva (2015); Ika e Ghazali (2012)
	<i>Expertise</i> (CAUD_EXP)	Quantidade de membros com conhecimento em contabilidade, auditoria e finanças.	Formulário de Referência - Item 12.7	IBGC (2015); Dezoort e Salteiro (2001); Ika e Ghazali (2012); Furuta (2010)
	Independência (CAUD_IND)	Quantidade de membros independentes no comitê de auditoria.	Formulário de Referência - Item 12.7	IBGC (2015); Song e Windram (2004); Ika e Ghazali (2012); Klein (2002); Furuta (2010); aioco (2015).

Variável	Subvariável	Proxy	Coleta	Autores
Características do Conselho de Administração	Tamanho (CA_NMEM)	Quantidade de membros que compõem o Conselho de Administração	Formulário de Referência - Item 12.6	B3 (2016); IBGC (2015); Jensen (1993);
	Dualidade (CA_DUAL)	Dummy: o Presidente do Conselho de Administração não é o Presidente da Empresa = 1, se não 0.	Formulário de Referência - Item 12.6	IBGC (2015); Jensen (1993); Belkhir (2004).
	Independência (CA_IND)	Quantidade de membros independentes	Formulário de Referência - Item 12.6	B3 (2016); Silveira (2002); Fama e Jensen (1983).
Conselho Fiscal	Tamanho (CF_NMEM)	Quantidade de membros que compõe o Conselho Fiscal	Formulário de Referência - Item 12.8	Lei 6.404/1976; Furuta (2010).
Empresa auditada	Retorno sobre o ativo (ROA)	Lucro líquido sobre o ativo total	Demonstrações financeiras padronizadas	Iyoha (2012), Ika e Ghazali (2012).
	Liquidez corrente da empresa (LC)	Relação entre o ativo circulante e o passivo circulante	Demonstrações financeiras padronizadas	Iyoha (2012), Ika e Ghazali (2012).
	Porte (PORTE)	Logaritmo natural dos ativos totais das empresas.	Demonstrações financeiras padronizadas	Al-Ajmi, (2008), Alkhatib e Marji (2012), Ika e Ghazali (2012)
	Divulgação do prejuízo (DIV_PREJ)	Dummy: Assume valor 1 se houve prejuízo e 0 caso contrário	Demonstrações financeiras padronizadas	Pereira e Costa (2012), Iyoha (2012)
	Parecer dos auditores independentes (TIPO_PARECE R)	Dummy: Assume valor 1 caso o parecer tenha sido modificado e 0 caso contrário	Demonstrações financeiras padronizadas	Pereira (2011)
Auditoria Independente	Big_Four (TAM_FIRM_AUD)	Dummy em que 1 igual a Big Four, senão 0.	Formulário de Referência - Item 2.1	Afify (2009), Ika e Ghazali (2012).
	Honorários de não auditoria (HON_N_AUD)	Valor honorários pagos por serviços de não auditoria.	Formulário de Referência - Item 2.1	Solomon, Reckers e Lowe (2005)

Fonte: Dados da Pesquisa 2018.

A variável dependente da pesquisa é o *audit delay* (AD), que corresponde ao número de dias compreendido entre o último dia do exercício social até a data de publicação das demonstrações financeiras. A pesquisa foi baseada nos resultados de pesquisas anteriores sobre o *audit delay* como: Afify (2009), Al-Ajmi (2008), Alkhatib e Marji (2012), Ashton, Graul e Newton (1989), Carslaw e Kaplan (1991), Cunha *et al* (2015), Habib e Bhuiyan (2011), Hossain e Taylor (1998), Ika e Ghazali (2012), Mande e Son (2011), Oussii e Taktak (2018), Pereira (2011), Yaacob e Che-Ahmad (2012), Cunha, Pletsch e Silva (2015).

Foram propostas variáveis para cada hipótese que compõem o modelo de dados em painel utilizado nessa pesquisa, para isso foi necessário estabelecer a variável dependente, que nesse caso, é o *audit delay*. Com isso, o modelo utilizado para análise foi o seguinte:

$$AUDIT\_DELAY = \beta_0 + \beta_1 + \varepsilon \dots$$

Os componentes do constructo podem ser identificados de acordo com o Quadro 6 onde são identificados o que corresponde a cada variável.

**Quadro 6 -Descrição das Variáveis do Modelo**

CAUD_EXP	Número de membros que fazem parte do Comitê de Auditoria com conhecimento em contabilidade e finanças/auditoria
CAUD_IND	Número de membros independentes que fazem parte do Comitê de Auditoria
CAUD_NMEM	Número de membros do Comitê de Auditoria
CA_IND	Número de membros do Conselho de Administração
CA_NMEM	Número de membros independentes que fazem parte do Conselho de Administração
CF_NMEM	Número de membros do Conselho Fiscal
CF_S_N	Conselho Fiscal, se possui assume 1, se não possui assume 0.
ROA	Retorno sobre o Ativo
LC	Liquidez corrente
PORTE	Logaritmo natural dos Ativos totais da empresa auditada
TAM_FIRM_AUD	Tamanho da firma de auditoria. Se Big four assume 1, se não é big four 0.
HON_N_AUD	Honorários de não Auditoria
DIV_PREJ	Divulgação do Prejuízo, se sim assume 1, se não assume 0.

**Fonte: Dados da Pesquisa 2018.**

Neste contexto, são elencadas as hipóteses da pesquisa, visto que sua formulação e teste, fazem parte do desenvolvimento da mesma. Também primam por fortalecer e ratificar os achados e resultados obtidos (MARTINS e THEÓPHILO, 2009).

As hipóteses da pesquisa são relacionadas às variáveis dependentes, nesse caso: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, também, são elencadas as hipóteses relacionadas das variáveis de controle: Índices Econômicos Financeiros, Características da Empresa Auditada e Característica de Auditoria Independente.

O estudo de Afify (2009), em uma amostra de 85 empresas egípcias do ano de 2007, analisou os impactos da governança corporativa no atraso do parecer do auditor independente, obteve-se resultado positivo em relação a independência e dualidade de Conselho de Administração com o prazo de entrega do parecer da auditoria. Para tanto elabora-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H<sub>1</sub>: As características do Conselho de Administração influenciam no atraso de emissão de relatório de auditoria independente das empresas auditadas.

Segundo Ika e Ghazali (2012) um fator importante para a pontualidade na divulgação dos relatórios financeiros é a eficácia do Comitê de Auditoria e para medir a eficácia os mesmos analisaram o tamanho do Comitê de Auditoria, a independência, a formação na área contábil, auditoria ou finanças dos membros que compõe o comitê, a realização de reuniões pelo menos quatro vezes por ano e se as informações eram divulgadas voluntariamente.

De acordo com o estudo de Krishnan (2005), as características do Comitê de Auditoria afetam a qualidade dos controles internos. Um controle interno de qualidade pode influenciar positivamente o tempo de trabalho do auditor, pois terá um menor tempo despendido nos trabalhos de auditoria, influenciando assim o prazo de divulgação das demonstrações financeiras. Desta forma formula-se a seguinte hipótese:

H<sub>2</sub>: As características do Comitê de Auditoria influenciam no atraso de emissão de relatório de auditoria independente das empresas auditadas.

O estudo de Fontes Filho (2004) afirma que é de competência do Conselho Fiscal exercer a fiscalização sobre o Conselho de Administração da empresa, no que diz respeito as contas e a regularidade dos atos dos gestores, para que haja a prestação de contas aos acionistas de forma clara.

De acordo com Lamb (2002) as atribuições do Conselho Fiscal vão além das previstas na legislação, o mesmo precisa desempenhar a função de controle, acompanhamento e fiscalização dos controles internos além do planejamento estratégico e orçamentários. Desta maneira elabora-se a hipótese:

H<sub>3</sub>: O Conselho Fiscal influencia no atraso de emissão de relatório de auditoria independente das empresas auditadas.

Conforme Ika e Ghazali (2012), os indicadores de endividamento, liquidez corrente e retorno sobre o ativo tem influência no atraso do relatório de auditoria, aumentando o tempo de publicação das demonstrações financeiras. De acordo com Iyoha (2012) quando existem lucros as empresas tendem a divulgar os resultados mais rapidamente e tendem a atrasar quando há prejuízos. Pereira (2011) aponta que quando o relatório de auditoria possui ressalvas e divulgação de perdas há um crescimento no *audit delay*. A pesquisa de Oladipupo (2011) verificou a relação entre as características da empresa auditada sendo elas: tamanho, dívida, patrimônio líquido, rentabilidade, honorários de auditoria e classificação setorial e o *audit delay*, a pesquisa foi realizada com 40 empresas listadas na Bolsa da Nigéria de 2008, e os resultados encontrados são positivos para todas as variáveis e o atraso do relatório de auditoria.

De acordo com Al-Ajmi (2008) o tamanho da empresa, rentabilidade e alavancagem, são fatores determinantes para a divulgação dos relatórios de auditoria sem atraso. A pesquisa foi realizada por meio dos relatórios de 231 empresas financeiras e não-financeiras listadas na Bolsa de valores de Bahrain, no período de 1999 a 2006. Para tanto elabora-se as seguintes hipóteses de pesquisa

H<sub>4</sub>: As características da empresa auditada, tamanho da empresa e divulgação de prejuízo e os índices econômicos financeiros, rentabilidade dos ativos e liquidez corrente, influenciam no atraso de emissão de relatório de auditoria independente das empresas auditadas.

Conforme Solomon, Reckers e Lowe (2005), as empresas que prestam poucos serviços de não auditoria são mais confiáveis na visão dos investidores, os mesmos possuem mais confiança nas informações financeiras auditadas por estas



empresas, pois os serviços de não auditoria afetam a qualidade das demonstrações financeiras e a independência do auditor.

O estudo de Cunha, Pletsch e Silva (2015) conclui que as empresas que são auditadas pelas Big Four apresentam um prazo de divulgação das demonstrações financeiras menor, ou seja, as firmas de auditoria Big Four apresentam relação significativa em relação ao prazo do relatório de auditoria. Já em relação aos honorários de não auditoria os mesmos influenciam um prazo maior na divulgação das demonstrações financeiras. Desta forma formula-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H<sub>5</sub>: As características de auditoria independente influenciam no atraso de emissão de relatório de auditoria independente das empresas auditadas.

### 3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa é de cunho documental e conforme Gil (2009, p.88) devido ao fato de que “em boa parte dos casos os documentos a serem utilizados na pesquisa não receberam nenhum tratamento analítico, torna-se necessária à análise de seus dados”. Desta forma para a análise e interpretação dos dados são utilizados métodos estatísticos, de dados em painel, que segundo Zago e Mello (2016, p.440) “consiste em unidade de corte transversal acompanhada de um extenso tempo. Dessa forma os dados em painel se utilizam de uma dimensão espacial e outra temporal.

Para Gujarati (2006, *apud* ZAGO E MELLO, 2016) existe uma maior variabilidade e menor colinearidade entre as variáveis nos dados em painel, uma vez que estes proporcionam maiores subsídios informativos. Além disso esse método estatístico facilita a análise de séries temporais periódicas.

A regressão de dados em painel se torna relevante nessa pesquisa visto que, por meio dela é possível realizar a análise tanto pela dimensão de *cross-section* (empresas), quanto pela dimensão temporal (períodos) Wooldridge (2006, *apud* JUNIOR, SOUZA E COSTA, 2014).

Para a coleta de dados foram utilizadas informações contidas no site da B3, deste local foram extraídos dados como o número de empresas listadas nos níveis de governança: NM, N2 e N1, sendo excluídas as instituições financeiras e fundos, pois

possuem uma regulamentação específica, que nessa pesquisa não serão consideradas.

Para a coleta e tratamento dos dados foram seguidas as seguintes fases:

1 Fase: Coleta dos dados no site da B3 no formulário de referência, precisamente no item 12. Tabulação dos dados coletados em planilha eletrônica.

2 Fase: Identificação das empresas que possuíam Comitê de Auditoria instalado, levando em consideração os anos de 2014, 2015 e 2016.

3 Fase: Coleta de dados no site da B3 das variáveis de controle, por meio das seguintes demonstrações financeiras: demonstração de resultado, balanço patrimonial e relatório de auditoria e tabulação dos dados em planilha eletrônica

4 Fase: Avaliação das variáveis independentes em relação a variável dependente o *Audit delay*, por meio do Software Gretl 2018 b-git

5 Fase: Análise dos dados encontrados em comparação com os estudos anteriores.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

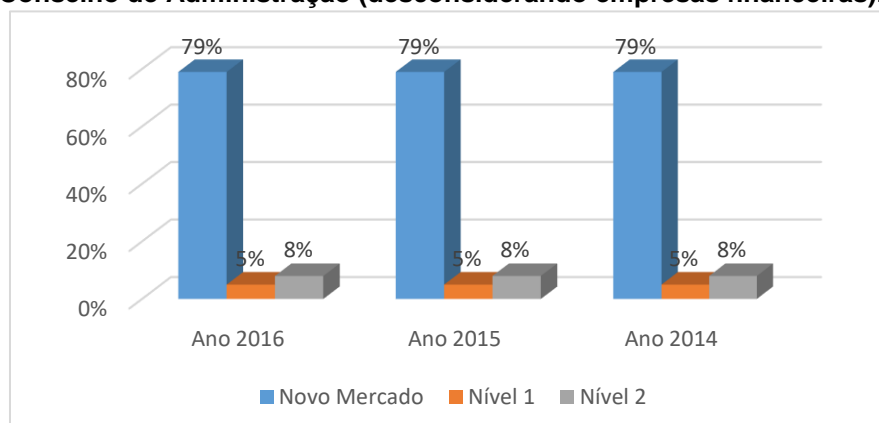
Nessa seção apresenta-se a análise dos resultados obtidos. É relacionada, em primeira instância a análise descritiva das características do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o *audit delay* encontrado na pesquisa, além de expor os resultados encontrados com base na estatística de dados em painel

### 4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS DEPENDENTE E INDEPENDENTES

Conforme Martins e Theóphilo (2009, p. 108), a estatística descritiva é notada “como o próprio nome sugere, da organização, sumarização e descrição de um conjunto de dados”. Desta maneira, a análise descritiva da presente pesquisa estruturou-se com o auxílio de tabelas compostas pela coleta de dados.

A pesquisa foi realizada de acordo com o levantamento de informações das empresas listadas nos segmentos de Governança Corporativa da B3, as quais possuem Comitê de Auditoria e Conselho de Administração instalado. Desta maneira de acordo com o Gráfico 1 é possível identificar em qual nível de governança estiveram classificadas durante o período da análise.

**Gráfico 1 - Percentual de empresas por segmento que possuem Comitê de Auditoria e Conselho de Administração (desconsiderando empresas financeiras).**



**Fonte: Dados da pesquisa 2018.**

Com isso, é possível perceber que 79% das empresas analisadas, ou seja a grande maioria está listada no nível de governança do NM. Enquanto o percentual mais baixo está listado no N1, o que corresponde a 5% e 8% está no N2 de governança corporativa, isso se dá por conta de a análise ter sido feita somente com empresas que possuem Comitê de Auditoria e Conselho de Administração instalado, o que explica o maior percentual ser no NM.

Ainda, foi realizado o mapeamento das características do Comitê de Auditoria (número de membros que compõe o comitê, número de membros com *expertise* e membros independentes), do Conselho de Administração (número de membros que compõe o Conselho de Administração e membros independentes), além das características do Conselho Fiscal (número de membros que compõe o Conselho Fiscal). Nas Tabelas 2, 3, e 4 estão categorizadas as características do Comitê de Auditoria das empresas da amostra.

**Tabela 2 - Características do Comitê de Auditoria por segmento de Governança Corporativa de 2014.**

Variáveis	Segmento	Emp. Am.	Mínimo	Máximo	Média
Nº Membros	NM	49	2	6	3,18
	N1	8	1	4	2,40
	N2	5	2	7	4,50
<i>Expertise</i>	NM	49	0	2	0,75
	N1	8	0	0	0
	N2	5	0	2	0,87
Independência	NM	49	0	4	1,30
	N1	8	0	1	0,20
	N2	5	0	3	1,37

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

**Tabela 3 - Características do Comitê de Auditoria por segmento de Governança Corporativa de 2015.**

Variáveis	Segmento	Emp. Am.	Mínimo	Máximo	Média
Nº Membros	NM	49	1	8	3,20
	N1	8	1	4	2,60
	N2	5	1	7	3,87
<i>Expertise</i>	NM	49	0	2	0,83
	N1	8	0	1	0,20
	N2	5	0	2	0,62
Independência	NM	49	0	2	0,87
	N1	8	0	2	0,40
	N2	5	0	4	1,22

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

**Tabela 4 - Características do Comitê de Auditoria por segmento de Governança Corporativa de 2016.**

Variáveis	Segmento	Emp. Am.	Mínimo	Máximo	Média
Nº Membros	NM	49	2	6	3,244
	N1	8	1	5	3
	N2	5	3	7	4,75
<i>Expertise</i>	NM	49	0	2	0,75
	N1	8	0	1	0,2
	N2	5	0	2	1
Independência	NM	49	0	4	1,30
	N1	8	0	2	0,8
	N2	5	0	2	1,5

**Fonte: Dados da pesquisa 2018.**

O levantamento dos dados constatou, com base na população listada nos três segmentos governança corporativa da B3, a exclusão das empresas financeiras, onde 62 empresas atenderam os requisitos do estudo, ou seja, essas empresas possuíam Comitê de Auditoria e Conselho de Administração nos três períodos analisados e estão classificadas no segmento NM, N2 e N1 de Governança Corporativa. A amostra da pesquisa corresponde cerca de 40% da população, o nível de maior representatividade é o NM por possuir maior número de empresas.

Conforme as tabelas 2, 3 e 4 que se referem ao Comitê de Auditoria, onde uma das características é o número de membros, observou-se que durante os três períodos o N2 caracteriza-se como o segmento que possui maior quantidade de membros integrantes, em média apresenta 4 membros por comitê, variando entre 1 e 7 membros.

O NM apresentou a média de 3 membros por comitê, variando entre 1 e 8, este sendo o nível com maior representatividade por possuir o maior número de empresas apresentando em média 157 membros no período. O N1 demonstrou ser o nível com a menor média de membros, o mesmo possui de 2 a 3 membros variando de 1 a 5. Logo, de forma geral, conclui-se que quanto ao número de membros os segmentos estão aderentes ao recomendado pelo IBGC.

Sobre a *expertise* verificou-se que de uma média de 205 integrantes no período, apenas 62 possuem *expertise*, ou seja, 30% dos membros possuem conhecimento específico, um número relativamente baixo. Sobre a independência dos membros obteve-se o resultado de que, de uma média de 205 integrantes no período, 75 são independentes o que representa 36,6%.

As tabelas 5, 6 e 7 apresentam as características da composição do Conselho de Administração das empresas estudadas:

**Tabela 5 - Características do Conselho de Administração por segmento de Governança Corporativa de 2014.**

Variáveis	Segmento	Emp. Am.	Mínimo	Máximo	Média
Nº Membros	NM	49	5	20	9,20
	N1	8	8	29	15,80
	N2	5	5	22	11,37
Independência	NM	49	1	10	3,20
	N1	8	1	9	4,60
	N2	5	1	7	3,37

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

**Tabela 6 - Características do Conselho de Administração por segmento de Governança Corporativa de 2015.**

Variáveis	Segmento	Emp. Am.	Mínimo	Máximo	Média
Nº Membros	NM	49	5	22	9,08
	N1	8	8	28	15,40
	N2	5	5	22	11,37
Independência	NM	49	1	8	3,57
	N1	8	2	9	4,20
	N2	5	2	5	3,00

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

**Tabela 7- Características do Conselho de Administração por segmento de Governança Corporativa de 2016.**

Variáveis	Segmento	Emp. Am.	Mínimo	Máximo	Média
Nº Membros	NM	49	5	22	8,95
	N1	8	8	28	15,40
	N2	5	5	21	11,12
Independência	NM	49	1	8	3,67
	N1	8	2	9	4,25
	N2	5	2	7	3,50

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

Com relação ao Conselho de Administração, uma das características avaliadas foi o número de membros, o qual correspondeu a média de 613 durante o período, sendo que a maior média está no N1 com 15 membros, podendo variar entre 8 e 28. No N2 a média foi de 11 variando entre 5 e 22 integrantes. E por fim o NM apresentou uma média de 9 membros, variando entre 5 e 22. Outra característica analisada, foi a independência dos membros do Conselho de Administração, onde

encontrou-se a média do período de 205 membros independentes, o que representa 36% dos membros totais.

O N2 apresentou a maior média de independência, onde 4 membros se mostram independentes, podendo variar entre 1 e 9. O N1 mostrou-se com 3 membros independentes, variando entre 1 e 7 e o NM também se apresentou com 3 membros independentes, porém com uma variação maior, entre 1 e 10. A terceira característica do Conselho de Administração é a dualidade, a mesma foi excluída, pois nenhuma empresa apresentou-a no período analisado.

Nas tabelas 8, 9 e 10 estão demonstradas as características da composição do Conselho Fiscal das empresas da amostra do estudo:

**Tabela 8 - Características do Conselho de Fiscal por segmento de Governança Corporativa de 2014.**

Variáveis	Segmento	Emp. Am.	Mínimo	Máximo	Média
Nº Membros	NM	49	0	10	4,10
	N1	8	0	10	8
	N2	5	0	10	4,5

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

**Tabela 9 - Características do Conselho de Fiscal por segmento de Governança Corporativa de 2015.**

Variáveis	Segmento	Emp. Am.	Mínimo	Máximo	Média
Nº Membros	NM	49	0	10	4,04
	N1	8	6	10	9,20
	N2	5	0	10	4,75

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

**Tabela 10 - Características do Conselho de Fiscal por segmento de Governança Corporativa de 2016.**

Variáveis	Segmento	Emp. Am.	Mínimo	Máximo	Média
Nº Membros	NM	49	0	10	3,95
	N1	8	6	10	8,60
	N2	5	0	10	4,75

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

O Conselho Fiscal não é um mecanismo de governança corporativa obrigatório, por este motivo muitas empresas não possuem o conselho instalado. Das 62 empresas analisadas 38 possuem, o que representa 61%. Na variável do Conselho Fiscal foi avaliada somente a característica do número de membros que compõe o conselho conforme as tabelas 8, 9 e 10, sendo que a média total do período foi de

278. O N1 foi o nível que apresentou o maior número de membros, com uma média de 8 por conselho variando de nenhum membro e 10 membros. No N2 a média foi de 4 membros por conselho com uma variação de 0 a 10 e no NM a média de também foi de 4 por conselho com a mesma variação, igualmente de 0 a 10.

Os dados de *audit delay*, que representam os dias de atraso na entrega do relatório de auditoria, estão apresentados nas tabelas 11, 12 e 13:

**Tabela 11 - *Audit delay* por segmento de Governança Corporativa de 2014.**

Variáveis	Segmento	Emp. Am.	Mínimo	Máximo	Média
<i>Audit delay</i>	NM	49	35	90	65,08
	N1	8	48	89	64,80
	N2	5	50	89	76,62

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

**Tabela 12 - *Audit delay* por segmento de Governança Corporativa de 2015**

Variáveis	Segmento	Emp. Am.	Mínimo	Máximo	Média
<i>Audit delay</i>	NM	49	26	85	62,42
	N1	8	43	85	61,60
	N2	5	51	85	72,62

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

**Tabela 13 - *Audit delay* por segmento de Governança Corporativa de 2016**

Variáveis	Segmento	Emp. Am.	Mínimo	Máximo	Média
<i>Audit delay</i>	NM	49	33	89	63,02
	N1	8	47	101	68,60
	N2	5	47	82	70,87

Fonte: Dados da pesquisa 2018.

A variável dependente - o *audit delay*, apresentou uma média no período de 65 dias de atraso no parecer da auditoria. Sendo que no N2 encontrou-se a maior média de atraso, ficando acima de 70, dias no geral, o índice variou de 47 a 89 dias. O N1 mostrou uma média de 65 dias no período e variou de 43 a 101. O NM expôs uma média de 64 dias, sendo que sua variação é de 26 a 90 dias, conforme demonstram as tabelas 11, 12 e 13.



## 4.2 ESTATÍSTICA DE DADOS EM PAINEL DAS VARIÁVEIS DEPENDENTE E INDEPENDENTES

A análise dos dados compreende ao resultado com base na estatística de dados em painel, os quais foram utilizados para avaliar a influência das características do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e das variáveis de controle em relação ao *Audit delay*, que é abordada como variável dependente no presente estudo.

A pesquisa realizou uma análise comparativa entre efeitos fixos e efeitos aleatórios para verificar qual melhor se ajustaria aos dados. Para isso realizou-se o teste de Hausman a fim de obter tal comparação. O resultado do teste demonstrou que os efeitos aleatórios demonstraram estimativas mais consistentes, com isso torna-se mais eficiente pois de acordo com Andrade e Galina (2013, p. 249) “o teste de Hausman verifica a hipótese nula de que os coeficientes esperados pelo estimador dos efeitos aleatórios eficientes são os mesmos que o esperado pelo estimador dos efeitos fixos consistentes”.

Andrade e Galina (2013) expõe que se o P-valor do teste não possuir significância - ou seja,  $P > 0,05$  - então utiliza-se efeitos aleatórios, caso o P-valor possuir significância - ou seja,  $P < 0,05$  - então deve-se utilizar efeitos fixos. Na referente pesquisa, o resultado obtido por meio do teste de Hausman foi de p-valor 0,77685.

A Tabela 14 expõe os dados de todas as variáveis analisadas nessa pesquisa, tanto as que possuem algum nível de significância, quanto as que não possuem nenhuma significância.

**Tabela 14 - Modelo de Efeitos Aleatórios com todas as variáveis**

	<b>Coeficiente</b>	<b>Erro Padrão</b>	<b>z</b>	<b>p-valor</b>	
const	148,703	27,941	5,3220	<0,0001	***
CAUD_EXP	0,889884	1,2619	0,7052	0,4807	
CAUD_IND	1,50103	1,33925	1,1208	0,2624	
CAUD_NMEM	- 1,74266	1,03574	- 1,6825	0,0925	*
CA_IND	- 0,238992	0,71508	- 0,3342	0,7382	
CA_NMEM	0,340421	0,296895	1,1466	0,2515	
CF_NMEM	2,62321	0,912845	2,8737	0,0041	***
CF_S_N	- 14,209	6,80829	-2,0870	0,0369	**
ROA	- 23,0336	11,0582	-2,0830	0,0373	**

	<b>Coefficiente</b>	<b>Erro Padrão</b>	<b>z</b>	<b>p-valor</b>	
LC	- 0,522416	1,04836	-0,4983	0,6183	
PORTE	- 5,88807	1,7995	-3,2721	0,0011	***
TAM_FIRM_AUD	4,62225	4,94058	0,9356	0,3495	
HON_N_AUD	- 2,74449e-06	2,84642e-06	-0,9642	0,3350	
DIV_PREJ	4,74217	3,09391	1,5327	0,1253	

**Fonte: Dados da Pesquisa 2018.**

A partir da Tabela 14 pode-se identificar quais variáveis impactaram diretamente a variável dependente levando em consideração o nível de significância de cada uma delas. Sendo elas número de membros do Comitê de Auditoria, número de membros do Conselho Fiscal, se a empresa possui Conselho Fiscal, Rentabilidade e Porte.

#### 4.2.1 Análise Das Variáveis Relacionadas Ao Conselho De Administração

As variáveis analisadas pertencentes ao Conselho de Administração foram: independência, dualidade e o número de membros que o compõe. Quanto à dualidade, todas as empresas selecionadas na amostram não apresentaram essa característica, dessa forma, o presidente da empresa não ocupava o cargo de presidente do Conselho de Administração concomitantemente, por não haver variação, retirou-se essa característica do modelo estatístico.

Conforme demonstrado na Tabela 15 tais variáveis não demonstraram nenhuma significância com relação à alteração do *audit delay* nos três períodos analisados.

**Tabela 15 - Variáveis relacionadas ao Conselho de Administração**

	<b>Coefficiente</b>	<b>Erro Padrão</b>	<b>z</b>	<b>p-valor</b>	
const	148,703	27,941	5,3220	<0,0001	***
CA_IND	- 0,238992	0,71508	- 0,3342	0,7382	
CA_NMEM	0,340421	0,296895	1,1466	0,2515	

**Fonte: Dados da Pesquisa 2018.**

Com isso, nota-se que o atraso na entrega do relatório de auditoria independente não possui relação com a quantidade de membros que compõe o

Conselho de Administração, e também não se relaciona com a independência desses membros. Sendo assim, rejeita-se a hipótese H1, a qual questiona se as características do Conselho de Administração influenciam no atraso de emissão de relatório de auditoria independente das empresas auditadas.

O resultado obtido nesse estudo diverge do resultado encontrado por Afify (2009), onde essas mesmas variáveis impactam significativamente no *audit delay*. A pesquisa foi realizada em mercados de capitais emergentes como o Cairo e Alexandria Stock Exchange (CASE), e, de acordo com Afify (2009) a associação negativa entre a independência do conselho e o *audit delay* pode impactar positivamente na qualidade divulgação financeira, e com isso, reduzir o atraso do parecer de auditoria.

#### 4.2.2 Análise Das Variáveis Relacionadas Ao Comitê De Auditoria

O Comitê de Auditoria é um mecanismo de governança corporativa que tem por função principal dar suporte ao Conselho de Administração, além de auxiliar na gestão das organizações quanto a restrição de conflitos de agência, no entanto, para que esse órgão de controle desempenhe suas funções de forma mais independente, e possa repassar maior transparência e fidedignidade de suas informações aos interessados, deve possuir algumas características elencadas pelos órgãos de fiscalização tais como: tamanho, *expertise* e independência (BAIOCO, 2015 e DE LUCA *et al.*, 2010).

Os resultados obtidos pela aplicação da regressão, por dados em painel, para esse conjunto de variáveis (tamanho, *expertise* e independência) em relação ao *audit delay* estão demonstrados na Tabela 16.

**Tabela 16 - Variáveis relacionadas ao Comitê de Auditoria.**

	<b>Coefficiente</b>	<b>Erro Padrão</b>	<b>z</b>	<b>p-valor</b>	
Const	148,703	27,941	5,3220	<0,0001	***
CAUD_EXP	0,889884	1,2619	0,7052	0,4807	
CAUD_IND	1,50103	1,33925	1,1208	0,2624	
CAUD_NMEM	- 1,74266	1,03574	- 1,6825	0,0925	*

**Fonte: Dados da Pesquisa 2018.**

Dentre as variáveis analisadas nesse mecanismo, somente o número de membros demonstrou significância nos dados da amostra selecionada, onde, de acordo com a CVM (2011) a quantidade ideal de membros é de no mínimo três e no máximo cinco, sendo preferencialmente que a maioria sejam independentes.

O resultado possui relacionamento negativo em com coeficiente de -1,74266 e significância de 0,0925, ou seja, o número de membros do Comitê de Auditoria impacta negativamente no *audit delay*. Com isso, tem-se que, quanto maior for o número de membros que compõe o Comitê de Auditoria, menor tende a ser os dias de atraso para publicação do relatório de auditoria independente.

É plausível apontar que, com um maior número de membros no comitê, a gestão da empresa tende a ser mais receptiva em relação a aceitação dos pareceres e ajustes demandados pela auditoria externa, corrobora com esse resultado o estudo de Cunha, Pletsch e Silva (2015), onde Cunha *et al.* (2015) que confirmam em seus achados que a quantidade de membros que compõem o Comitê de Auditoria possui relação com o *audit delay*, concluindo que o *audit delay* é menor quando a quantidade dos membros é maior.

A característica relacionada à independência dos membros não demonstram significância nesse estudo, portanto, a independência dos membros não influencia no *audit delay* das empresas da amostra. Oussii e Taktak (2018) apoiam esse resultado, expondo que a independência não está significativamente associada ao *audit delay*.

Contudo, Klein (2002) observou que quanto maior o número de membros independentes, melhor é a qualidade da informação repassada aos usuários. O estudo de Cunha *et al.* (2015), do mesmo modo, diverge do encontrado nessa pesquisa, onde segundo o autor, a independência possui um resultado significativo, indicando que o Comitê de Auditoria que possui mais membros independentes apresenta um menor prazo no *audit delay*.

Em relação ao conhecimento dos membros nas áreas de contabilidade, auditoria ou finanças, aqui chamada de *expertise*, igualmente não se obteve relevância nos dados.

Pereira (2011) então aponta que o prazo de entrega do parecer de auditoria está ligado à qualidade da informação, dessa forma, pressupõe-se que a qualidade das características do Comitê de Auditoria influencia na diminuição do prazo de entrega do parecer de auditoria. Ika e Ghazali (2012) garantem que a relação

significativa entre as características do Comitê de Auditoria e o *audit delay* demonstram que há uma maior eficácia na qualidade dos relatórios financeiros.

De acordo com os resultados obtidos, a hipótese H2, que relaciona se as características do Comitê de Auditoria influenciam no atraso de emissão de relatório de auditoria independente das empresas auditadas, foi aceita de forma parcial, visto que apenas o número de membros do Comitê de Auditoria foi significativo, em linha com os resultados de Cunha, Pletsch e Silva (2015) e Cunha *et al.* (2015).

#### 4.2.3 Análise Das Variáveis Relacionadas Ao Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão independente à administração da empresa e seu único objetivo é atender aos acionistas, ele não se reporta à nenhum outro órgão dentro da organização (IBGC, 2007; FURUTA, 2010). O Conselho Fiscal não se trata de um mecanismo obrigatório, sua deliberação tem caráter não permanente e é definido em assembleia (FURUTA 2010). O objetivo de elencar as empresas que possuem ou não Conselho Fiscal instalado nos três anos de análise consiste em, verificar se a existência desse conselho exerce alguma influência no *audit delay*.

Para averiguar tal suposição, foram selecionadas duas variáveis à serem analisadas. A primeira é se a empresa possuía ou não Conselho Fiscal instalado, classificou-se como uma variável *dummy*, onde para as empresas que possuíam foi atribuído o número 1 e para as que não possuíam o número 0. A segunda variável foi a quantidade de membros existentes no Conselho Fiscal, que de acordo com o art. 161 da lei n.º 6.404 de 1976 deve ser composto por no mínimo três e no máximo cinco membros, e suplentes em igual número. A Tabela 17 demonstra o resultado obtido pela aplicação do teste de dados em painel com efeitos aleatórios para as variáveis selecionadas.

**Tabela 17 - Variáveis relacionadas ao Conselho Fiscal.**

	<b>Coeficiente</b>	<b>Erro Padrão</b>	<b>Z</b>	<b>p-valor</b>	
Const	148,703	27,941	5,3220	<0,0001	***
CF_NMEM	2,62321	0,912845	2,8737	0,0041	***
CF_S_N	- 14,209	6,80829	-2,0870	0,0369	**

**Fonte: Dados da Pesquisa 2018.**

Conforme demonstrado na Tabela 17 é possível verificar que as duas variáveis apresentaram significância nos resultados. O número de membros do Conselho Fiscal possui uma significância positiva de 0,0041, e coeficiente de 2,62321 o resultado positivo para essa variável ressalta uma relação direta com o *audit delay*, ou seja, o número de membros influencia positivamente no prazo de entrega do relatório do auditor independente. Com o esse resultado – de acordo com essa pesquisa - é possível afirmar que quanto maior for a quantidade de membros que compõe o Conselho Fiscal, maior será os dias de atraso do *audit delay*.

Já a segunda variável demonstra uma relação inversa, o fato da empresa possuir um Conselho Fiscal instalado faz com que o *audit delay* diminua, possuindo um relacionamento negativo com significância de 0,0369, e coeficiente de -14,209.

Com base nos resultados a hipótese H3 que aborda se o Conselho Fiscal influencia no atraso de emissão de relatório de auditoria independente das empresas auditadas foi integralmente aceita, pois todas as variáveis evidenciaram significância.

O intuito de verificar a influência do Conselho Fiscal com o *audit delay* está relacionado à escassez de pesquisas abordando essas duas variáveis. Cabe ressaltar que não há estudos que utilizam essas duas variáveis em conjunto, um dos fatores que podem ser influenciadores de tal carência, pode estar relacionado com o fato de o Conselho Fiscal não ser um mecanismo obrigatório.

#### 4.2.4 Análise Das Variáveis De Controle

As variáveis de controle selecionadas para compor a análise foram: a rentabilidade do ativo, a liquidez corrente, o tamanho da empresa auditada, tamanho da firma de auditoria, os honorários de não auditoria e a divulgação do prejuízo, conforme Tabela 18.

Tabela 18 - Variáveis de Controle

	Coeficiente	Erro Padrão	z	p-valor	
Const	148,703	27,941	5,3220	<0,0001	***
ROA	- 23,0336	11,0582	-2,0830	0,0373	**
LC	- 0,522416	1,04836	-0,4983	0,6183	
LOG_TAM_EMP_AUD	- 5,88807	1,7995	-3,2721	0,0011	***
TAM_FIRM_AUD	4,62225	4,94058	0,9356	0,3495	
HON_N_AUD	- 2,74449e-06	2,84642e-06	-0,9642	0,3350	
DIV_PREJ	4,74217	3,09391	1,5327	0,1253	

Fonte: Dados da Pesquisa 2018.

Aqui é possível constatar que apenas duas variáveis demonstraram significância na amostra, sendo elas a rentabilidade do ativo (ROA) com uma significância de 0,0373 e coeficiente negativo em -23,0336, apontando que a medida que a rentabilidade do ativo aumenta, o *audit delay* tende a diminuir. O mesmo ocorre com o tamanho da empresa auditada calculada por seu logaritmo, que representando um relacionamento negativo com o coeficiente de -5,88807 e com significância de 0,0011, aponta que, se o tamanho da empresa aumenta, o número de dias do *audit delay* diminui.

A significância nas variáveis rentabilidade do ativo e tamanho da empresa auditada estão em concordância com os resultados encontrados por Al-Ajmi (2008), isso indica que grandes empresas e empresas que possuem maior rentabilidade, provavelmente, passam pelo processo de auditoria mais cedo do que outras empresas. Conforme Oussii e Taktak (2018), as empresas que possuem maior rentabilidade podem requerer que o processo de auditoria em suas empresas seja concluído com maior rapidez, isso porquê pretendem disponibilizar as demonstrações auditadas com maior agilidade ao público interessado.

Oussii e Taktak (2018) ainda concordam com o resultado ao afirmar que o tamanho da empresa é significativo e influencia na pontualidade do parecer, os autores relatam que as empresas maiores são capazes de pressionar mais as firmas de auditoria e, além disso, por possuírem mais recursos, permitem a conclusão de uma auditoria mais rápida.

Segundo Pereira e Costa (2012), o auditor antecipa a emissão do relatório de auditoria quando seu cliente é maior, pois caso ocorra uma perda por parte desse cliente o impacto econômico será muito grande e poderá gerar altos custos para a firma. Al-Ajmi (2008) completa concordando que quanto maior a empresa, mais ágil é a publicação de suas demonstrações.

Na variável divulgação do prejuízo, houve um relacionamento positivo, porém insignificante ao *audit delay*, Pereira e Costa (2012), abordam que quando há prejuízos o auditor tende a postergar a emissão do parecer gerando também uma maior quantidade de teste, estando em linha também com os achados de Carslaw e Kaplan (1991).

A liquidez corrente possui um relacionamento negativo, ou seja, a medida que o índice aumenta o número de dias do *audit delay* tende a diminuir, contudo o resultado é insignificante, não demonstrando impacto em relação ao prazo de divulgação, com isso, essa variável não apresenta influencia no prazo de entrega do parecer de auditoria. Em linha, Camargo e Flach (2016) relatam que, quando o índice de liquidez corrente é menor, os auditores podem demorar mais tempo para emitir o parecer.

Com base nos resultados obtidos, a hipótese H4 que relaciona se as características da empresa auditada, tamanho da companhia e divulgação de prejuízo e os índices econômicos financeiros, rentabilidade dos ativos e liquidez corrente, influenciam no atraso de emissão de relatório de auditoria independente das empresas auditadas, foi aceita de forma parcial.

No que se refere as características da auditoria independente, em relação ao tamanho da firma de auditoria, o resultado encontrado não demonstra nenhuma relação significativa com o *audit delay*, o mesmo resultado foi encontrado por Pereira e Costa (2012). Os achados de Cunha, Pletsch e Silva (2015) são divergentes, onde empresas auditadas por firmas de auditoria *Big Four* divulgam suas demonstrações financeiras em um prazo menor.

Outra característica analisada da auditoria independente foram os honorários de não auditoria, que com base no resultado obtido foi possível confirmar que os mesmos não possuem relação significativa com o *audit delay*, esse resultado diverge do resultado encontrado por Cunha, Pletsch e Silva (2015) no qual as empresas que mais utilizam serviços de não auditoria são as que mais atrasam o prazo de publicação do parecer.

Tais achados rejeitam a hipótese H6 que discute se as características de auditoria independente influenciam no atraso de emissão de relatório de auditoria independente das empresas auditadas.



Sendo assim, a relação entre o *audit delay* e as características do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal das empresas listadas na B3 pode ser estimada pelo seguinte modelo de regressão:

$$\mathbf{AUDIT\ DELAY = 148,703 - 1,74266 \times CAUD\_NMEM + 2,62321 \times CF\_NMEM - 14,208 \times CF\_S\_N - 23,0336 \times ROA - 5,88807 \times PORTE}$$

Com esse modelo, descrito na equação 2 é possível estimar o *audit delay*, baseado nos indicadores que foram significantes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve por objetivo verificar a relação entre *audit delay* e as características do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal das empresas listadas na B3, considerando a amostra de empresas que possuíam Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e também as que possuíam, adicionalmente, o Conselho Fiscal nos anos de 2014, 2015 e 2016. A pesquisa foi descritiva, documental e com abordagem quantitativa.

Foi utilizada a estatística descritiva para verificar as características do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, caracterizadas como variáveis independentes, bem como o *audit delay* classificado como variável dependente do estudo, a fim de verificar qual o nível de aderência que as empresas selecionadas na amostra apresentavam em relação a tais características. Ademais, foram selecionadas variáveis relacionadas às características da empresa auditada, e, também as características da auditoria independente.

Para verificar a relação entre o *audit delay* e as variáveis independentes foi utilizada a técnica de estatística de dados em painel com efeitos aleatórios, selecionado após a realização do teste de Hausman, o qual demonstrou que, com base em efeitos aleatórios as estimativas eram mais consistentes.

Atendendo ao primeiro objetivo específico do estudo de evidenciar as características do Conselho de Administração quanto ao tamanho, dualidade e independência, das empresas listadas na B3, nos níveis de NM, N2 e N1, percebe-se que com relação ao número de membros a maior média está no N1 com 15 membros e variação entre 8 e 28 integrantes, por conseguinte, a respeito da independência dos membros obteve-se que o N2 apresentou a maior média de independência.

Quanto a dualidade, notou-se que nas empresas da amostra, nenhuma apresentou essa característica, o que é um benefício para a organização. O Conselho de Administração é um dos mais importantes mecanismos de governança corporativa, visto que desempenha responsabilidades diretas sobre as decisões da organização.

Dessa forma, verificou-se que o segmento N1 foi o que apresentou maior aderência ao disposto nas orientações do IBGC. Esse segmento possui o maior média número de membros e maior média de integrantes independentes. Durante a coleta de dados junto ao Formulário de Referência da B3 foi possível observar que a

independência é afetada por boa parte dos membros estarem vinculados a outras funções e atividades nas empresas.

O segundo objetivo específico do trabalho constituiu em demonstrar as características do Comitê de Auditoria quanto a *expertise* dos membros, tamanho e independência, das empresas listadas na B3, nos níveis de NM, N2 e N1. Dessa forma, o N2 foi o segmento de maior destaque em relação ao número de membros, apresentando uma média de 4 integrantes por comitê, variando entre 1 e 7 membros. Sendo assim, de forma geral, conclui-se quanto ao número de membros os segmentos estão aderentes ao recomendado pelo IBGC.

Em relação as características *expertise* e independência constatou-se que, de todos os integrantes de todas as empresas, menos de 40% dos membros possuem independência ou algum conhecimento nas áreas de finanças, contabilidade ou auditoria conforme recomendado pelo IBGC. A *expertise* possui interferências quando a empresa nomeia membros do comitê com conhecimentos específicos à área de atuação da entidade e não com os conhecimentos que são recomendados pelo IBGC.

O terceiro objetivo do estudo foi analisar quantas empresas listadas na B3, nos níveis de NM, N2 e N1, possuem Conselho Fiscal, já que esse não se trata de um mecanismo obrigatório, sendo assim, das 62 empresas da amostra, apenas 38 possuem o Conselho Fiscal instalado o que representa 61% das empresas analisadas.

A fim de complementar, foi considerado o número de membros, e o resultado obtido demonstrou que o N1 foi o segmento com a maior média, representando 8 membros por conselho. O Conselho Fiscal é um mecanismo independente da administração da empresa, ele representa maior transparência e confiabilidade aos *stakeholders*, ele não está vinculado a nenhum órgão e tem apenas o papel de fiscalizador.

Para tanto, em relação ao quarto objetivo específico, buscou-se verificar a existência de *audit delay* nas empresas listadas na B3 nos níveis de NM, N2 e N1. O *audit delay* foi medido em número de dias, e de modo geral, a média das empresas registradas é de 65 dias, sendo que o N2 foi o segmento em que as empresas apresentaram maior dias de atraso, ficando acima de 70 dias. O NM foi o segmento que apresentou o melhor resultado, uma média de 64 dias.

Sendo assim, o prazo que as empresas demoram para publicar suas demonstrações contábeis pode servir como um alerta aos interessados, visto que, um

*audit delay* alto adverte que a organização possui algum tipo de problema em seus relatórios financeiros e demonstrações contábeis.

Por fim, para atender ao objetivo geral do estudo, que consiste em verificar a relação entre *audit delay* e as características do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal das empresas listadas na B3, conclui-se que nem todas as características analisadas relacionam-se com o atraso na entrega do parecer de auditoria, bem como esse atraso também pode ser influenciado por outras características, como as variáveis de controle relacionados à empresa auditada, à auditoria independente e também pelos índices econômicos e financeiros.

Algumas limitações quanto ao desenvolvimento do estudo merecem ser destacados. A amostra da pesquisa se constituiu apenas por empresas dos segmentos NM, N2 e N1 de Governança Corporativa – por possuir empresas que aderem maiores práticas de governança corporativa, no entanto existe uma discrepância muito grande de volume de empresas por segmento, além do estudo ser limitado às empresas que possuem Comitê de Auditoria e dados necessários nos três anos para a sua realização.

As variáveis investigadas constituem outra limitação, em que foram utilizadas características do Comitê de Auditoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, e variáveis de controle relacionadas à empresa auditada, à auditoria independente e aos índices econômicos e financeiros.

Portanto, com base nas limitações apresentadas, sugere-se que em pesquisas futuras replique-se essa, abordando todas as empresas listadas na B3, complementando com outras variáveis.

## REFERÊNCIAS

AFIFY, H.A.E. Determinants of audit report lag Does implementing corporate governance have any impact? Empirical evidence from Egypt. **Journal of Applied Accounting Research**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 56-86, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/09675420910963397>>. Acesso em: 12 set. 2017.

AL-AJMI, J. Audit and reporting delays: Evidence from an emerging market. **Advances in Accounting**, v. 24, n. 2, p. 217-226, 2008.

ALKHATIB, K.; MARJI, Q. Audit reports timeliness: Empirical evidence from Jordan. **Journal Procedia – Social And Behavioral Sciences**, [s.n.], v.62, p. 1342-1349, out, 2012.

ALMEIDA, J. C. G. de; SCALZER, R. S.; COSTA, F. M. da. Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e Grau de Conservadorismo: Estudo Empírico em Companhias Abertas Listadas na Bovespa. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 118-131, abr, 2008.

ANDRADE, A. M. F. de; GALINA, S. V. R. Efeitos da internacionalização sobre o desempenho de multinacionais e economias em desenvolvimento. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 239-262, mar-abr, 2013.

ARRUDA, G. S; MADRUGA, S. R; FREITAS JUNIOR, N. I. A Governança corporativa e a teoria da agencia em consonância coma controladoria. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 1, n.1, p. 71-84, jan/abr 2008.

ASHTON, R. H.; WILLINGHAM, J. J.; ELLIOTT, R. K. An empirical analysis of *audit delay*. **Journal of Accounting Research**. Autumn, v. 25, n. 2, p. 275-292, 1987.

ASHTON, R. H; GRAUL, P. R; NEWTON, J. D. *Audit delay* yhe timeliness of corporate reporting. *Journal Contemporary Accounting Research*, n. 2, v. 5, p. 657-673, 1989

BAIOCO, V. G.; ALMEIDA, J. E. F. de. Efeitos Do Comitê de Auditoria E Do Conselho Fiscal Na Qualidade Da Informação Contábil No Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 28, n. 74, p. 229-248, ago. 2017.

BAIOCO, V. G. **Efeitos do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal na Qualidade da Informação Contábil no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

BELKHIR, M. Board structure, ownership structure, and firm performance: evidence from banking. **Applied Financial Economics**, v. 19, n. 19, p. 1581-1593, oct 2004.

BIANCHI, M. **A controladoria como um mecanismo interno de governança corporativa e de redução dos conflitos de interesse entre principal e agente**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

**B3. Regimento Interno Do Conselho de Administração Da B3**, 2016. Disponível em: < [http://ri.bmfbovespa.com.br/fck\\_temp/26\\_2//Regimento\\_Interno\\_CA.pdf](http://ri.bmfbovespa.com.br/fck_temp/26_2//Regimento_Interno_CA.pdf) >. Acesso em 07 nov. 2017.

BOWRIN, A. R. Review And Syntesis Of Audit Structure Literature. **Journal of Accounting Literature**, 1998, v. 17, 1998, pp. 40-71.

**BRASIL**. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe Sobre As Sociedades Por Ações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm)>. Acesso em 11 set. 2017.

CAMARGO, R. de C. P. C; FLACH, L. Audit Report Lag e *expertise* da firma de auditoria: uma análise com empresas listadas na BM&FBovespa. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 181-2016, mai-ago, 2016.

CÂNDIDO, M. S. **Estrutura de capital e assimetria de informação: efeitos da governança corporativa**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

CARVALHO, A. G. de. Governança Corporativa no Brasil em Perspectiva. **Revista de Administração**. São Paulo. v. 37, n. 3, p. 19-32, julho/setembro de 2002.

CARSLAW, C. A. P. N.; KAPLAN, S. An examination of *audit delay*: further evidence from New Zealand. **Accounting and Business Research**, v. 22, no. 85, p. 21-32, 1991.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática** In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2010, pp. 117-144.

CUNHA, P. R. **Proposta Sistematizada De Características E Ações Dos Agentes Internos Da Governança Corporativa Que Possa Contribuir À Qualidade Das Demonstrações Contábeis**. 2011. 243 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis e Administração) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

CUNHA, P. R. da; LUNELL, L.O; SANTOS, V. dos; FAVERI, D. B. de; RODRIGUES JUNIOR, M. M. Relação Entre As Características Do Comitê de Auditoria E O Atraso Da Emissão Do Relatório De Auditoria Independente (*Audit delay*). **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 18, n. 3, p. 47-65, set. 2015. Disponível em: <<https://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/804>>. Acesso em: 12 set. 2017.

CUNHA, P. R.; PLETSCHE, C. S.; SILVA, A. Relação entre as Características da Empresa, do Comitê de Auditoria e do Auditor Independente com o Prazo de Publicação das Demonstrações Financeiras. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 9, n. 4, p. 415-429, out/dez, 2015.

CUNHA, P. R. *Et. Al.* Relação entre as características do Comitê de Auditoria e o atraso da emissão do relatório de auditoria independente (*Audit delay*). **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 18, n. 3, p. 47-65, set-dez, 2015.

CREPALDI, S. A; CREPALDI, G. S. **Auditoria contábil teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1540 p.

DALMÁCIO, F. Z. **Mecanismos De Governança E Acurácia Das Previsões Dos Analistas Do Mercado Brasileiro: Uma Análise Sob A Perspectiva Da Teoria Da Sinalização**. 2009. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

DE LUCA, Et Al. Os mecanismos de Auditoria evidenciados pelas empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa e no novo mercado da BOVESPA. Belo Horizonte (MG), **Revista Contabilidade Vista & Revista**, ISSN 0103-734X, 2010.

DEZOORT, F.T; SALTERIO, S.E. The effects of corporate governance experience and financial-reporting and audit knowledge on audit committee members judgments. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v.20, n. 20, 32-47, set. 2001.

DUTRA, M. G. L.; SAITO, R. Conselhos De Administração: análise de sua composição em um conjunto de companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 6, n. 2, p. 9-27, maio/ago. 2002

FAMA, E. F.; JENSEN, M. C. Separation Of Ownership And Control. **Journal of Political Economy**, v. 26, n. 2, p. 288-307, jun. 1983.

FONTES FILHO (2004), Como Andam as Práticas de Gestão e Governança dos Fundos de Pensão no Brasil. IN: 25º Congresso da ABRAPP, Outubro, Fortaleza, Instituto Brasileiro De Governança Corporativa (CE). **Guia de orientação para o Conselho Fiscal**. São Paulo: IBGC, 2005

FORTUNA, E. Mercado Financeiro: produtos e serviços. 15.ed. Rio de Janeiro: **Qualitymark**, 2005.

FURUTA, F. **A Relação Das Características Das Empresas Com A Adoção Do Comitê de Auditoria X Conselho Fiscal Adaptado**. 2010. 189 fls. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GEIGER, M.A; RAMA D.V. Audi firm size and going-concern reporting accuracy. **Accounting Horizons**, v. 20, n. 1, p. 1-17, mar 2006.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

GOTAÇ, D. de F.; MONTEZANO, R. M. da S.; LAMEIRA, V. de J. Governança Corporativa e Custos de Agência nas Empresas com Influência Governamental. **Revista Sistemas & Gestão**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 408-425, 2015.

HABIBI, A.; BHUIYAN, M. B.U. Audit firm industry specialization and the audit report lag. **Journal of International Accounting Auditing and Taxation**, 20(1), p. 32-44, 2011.



HOSSAIN, M. A.; TAYLOR, P. J. (1998). **An Examination Of *Audit delay***: evidence from Pakistan. Fls 25. Draft- February.

IKA, S. R; GHAZALI, N. A. M. Audit committee effectiveness and timeliness of reporting: Indonesian evidence. **Managerial Auditing Journal**, 27(4), pp. 403-424, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia De Orientação Para O Conselho Fiscal**. 2ª ed. São Paulo, SP: IBGC, 2007. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/userfiles/1.pdf> >. Acesso em 07 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Modelo de Regimento Interno de Conselho de Administração**. São Paulo, SP: IBGC, 2008. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Caderno%205.pdf>>. Acesso em 07 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Guia De Orientação Para Melhores Práticas De Comitês De Auditoria**. São Paulo, SP: IBGC, 2009. Disponível em: <[http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Guia\\_7\\_.pdf](http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Guia_7_.pdf)>. Acesso em 07 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Código Das Melhores Práticas De Governança Corporativa**. 5ª ed. São Paulo, SP: IBGC, 2015. Disponível em: <[http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/codigoMP\\_5edicao\\_web.pdf](http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/codigoMP_5edicao_web.pdf)>. Acesso em 07 nov. 2017.

IYOHA, F. O. (2012). Company attributes and the timeliness of financial reporting in Nigeria. **Business Intelligence Journal**, 5(1), pp. 41-49.

JACQUES, F. V. S. **A Relação Entre A Evidenciação De Informações Nos Relatórios De Auditoria E O Valor Das Ações De Companhias Abertas Listadas Na Bovespa**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós- Graduação Em Ciências Contábeis, São Leopoldo, 2011.

JENSEN, M.C. The modern industrial revolution, exit, and the failure of internal control systems. **The Journal of Finance**, Anaheim, v. 48, n. 3, p. 831-880, jul 1993.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory Of The Firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, out. 1976.

JUNIOR, V.B; SOUZA, R. P; COSTA, S. A. Estrutura de custos: um enfoque utilizando dados em painel. In: Congresso Brasileiro de Custos, 21. Natal. **Anais...** Rio Grande do Norte, 2014.

KASHIO, G. M. **O Conselho de Administração como mecanismo de governança corporativa**. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

KLEIN, A. Audit committee, board of director characteristics, and earnings management. **Journal of Accounting and Economics**, New York, 2002, 33(3), 375-400.

KRISHNAN, J. (2005). Audit Committee quality and internal control: an empirical analysis. **The Accounting Review**. 80(2), pp. 649-675.

LAMB, Roberto. **Modelagem para uma investigação da efetiva função do conselho fiscal nas sociedades por ações brasileiras – relatório de pesquisa**. EA/UFRGS, Porto Alegre, 2002.

LOPES, E.C. **Governança corporativa em empresas de capital aberto: uma contribuição da Ciência da Informação para a análise da informação estratégica**. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP, 2010.

MANDE, V.; SON, M. Do *Audit delays* Affect Client Retention? **Managerial Auditing Journal**, 2011, 26(1), 32–50.

MARTINEZ, A. L. "**Gerenciamento**" **Dos Resultados Contábeis: Estudo Empírico Das Companhias Abertas Brasileiras**. 2001. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NBC TA 705, CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Modificações na opinião do auditor independente**. Brasília: [s.n.], p. 534-554, 2012.

NG, P. P. H., TAY, B. Y. K.. An Empirical Examination Of The Determinants Of *Audit delay* In Hong Kong. **British Accounting Review**, 1994, 26, 43-59.

OLADIPUPO, A. O. (2011). **Impact Of Corporate International Linkage On The Incidence Of *Audit delay*** In Nigeria. Jorind, International Standard Serial Number, p.231-237, junho.

OLIVEIRA, K. P. S. **Assimetria informacional, qualidade da informação contábil e governança corporativa: características institucionais e organizacionais no mercado de capitais brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPB/UFRN, João Pessoa, 2013.

OUSSII, A. A; TAKTAK, N. B. Audit committee effectiveness and financial reporting timeliness the case of Tunisian listed companies. **African Journal of Economic and Management Studies**, n. 1, v. 9, p. 34-55, 2018.

PEREIRA, A. N. **Determinantes Do Atraso Em Auditoria Externa (*Audit delay*) Em Companhias Brasileiras**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE, Vitória, 2011.

PEREIRA, A. N.; COSTA, F. M. da. Determinantes do atraso de auditoria externa (*Audit delay*) em companhias brasileiras. In: Encontro EnANPAD, 36. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.

PIRES, A. G. **A Informação Contábil E A Teoria Da Agência: Um Estudo Da Assimetria Informacional Em Companhias Abertas, Listadas No Novo Mercado Da Bovespa**. 2008. 120 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, A. G. dos. **Comitê de Auditoria: uma análise baseada na divulgação das informações de empresas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVEIRA, A. D. M. da. **Governança Corporativa, Desempenho E Valor Da Empresa No Brasil**. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVEIRA, A. D. M. da. **Governança Corporativa E Estrutura De Propriedade: Determinantes E Relação Com O Desempenho Das Empresas No Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SOLOMON, S.; RECKERS, P. M.J.; LOWE, D. J. (2005). The impact of management image and non-audit service fees on investors' perceptions of earnings quality. **Advances in Accounting**, 21, p. 199-216.

SONG, J.; WINDRAM, B. Benchmarking Audit Committee Effectiveness in Financial Reporting. **International Journal of Auditing**, Malden, v. 8, p. 195-205, 2004.

SORRENTINO, M. S. A. S.; TEIXEIRA, B.; VICENTE, E. F. R. Comitê de Auditoria: adequação às regras da SOX, Bacen, Susep e IBGC. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 10, n. 3, p. 241-257, jul/set 2016.

SULTANA, N.; SINGH, H.; ZAHN, J.L. W. Mitchell V. D. Audit Committee Characteristics and Audit Report Lag. **International Journal of Auditing**, [S.l.], 29 dez. 2014. 19(2), p. 72-87. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ijau.12033/full>>. Acesso em: 10 set. 2017.

VIEIRA, S. P.; MENDES, A. G. S. T. Governança Corporativa: Uma Análise de sua Evolução e Impactos no Mercado de Capitais Brasileiro. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 103-122, dez. 2004.

YAACOB, N. M.; CHE-AHMAD. A. Adoption of FRS 138 and *audit delay* in Malaysia. **International Journal of Economics and Finance**, n. 1, v. 4, p. 167-176, jan 2012.

ZAGO, C.; MELLO, DE G.R. Governança corporativa eletrônica e desempenho econômico e financeiro das empresas listadas no índice Bovespa. **Revista Organização em Contexto**, São Bernardo do Campo, n. 23, v. 12, p. 419-453, jan-jun 2016.

## **APÊNDICE A – Empresas da Pesquisa**

<b>Empresa</b>	<b>Segmento</b>	<b>Anos</b>
Aes Tiete Energia as	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Aliansce Shopping Centers S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Alpargatas S.A.	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Alupar Investimento S/A	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Arezzo Indústria E Comércio S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
B2w - Companhia Digital	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Biosev S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Bradespar S.A.	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Brasil Pharma S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Brasilagro - Cia Bras De Prop Agrícolas	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Braskem S.A.	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Brf S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Ccr S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Centrais Elet Bras S.A. – Eletrobras	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Centrais Elet De Santa Catarina S.A.	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Cesp - Cia Energetica De Sao Paulo	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Cia Brasileira De Distribuicao	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Cia Energetica De Minas Gerais – Cemig	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Cia Estadual De Distrib Ener Elet-Ceee-D	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Cia Estadual Ger.Trans.Ener.Elet-Ceee-Gt	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Cia Ferro Ligas Da Bahia – Ferbasa	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Cia Fiacao Tecidos Cedro Cachoeira	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Cia Hering	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Cia Locação Das Américas	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Cia Paranaense De Energia – Copel	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Cia Saneamento Basico Est Sao Paulo	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Cia Saneamento De Minas Gerais-Copasa Mg	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Cia Saneamento Do Parana – Sanepar	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Construtora Tenda S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Contax Participacoes S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Cosan Logistica S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Cosan S.A. Industria E Comercio	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Cpfl Energia S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Cpfl Energias Renováveis S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Cr2 Empreendimentos Imobiliarios S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Csu Cardsystem S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Cteep - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Cvc Brasil Operadora E Agência De Viagens S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Cyrela Brazil Realty S.A.Empreend E Part	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Direcional Engenharia S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Duratex S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Ecorodovias Infraestrutura E Logística S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Edp - Energias Do Brasil S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Eletropaulo Metrop. Elet. Sao Paulo S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016

<b>Empresa</b>	<b>Segmento</b>	<b>Anos</b>
Embraer S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Energisa S.A.	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Eneva S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Engie Brasil Energia S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Equatorial Energia S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Estacio Participacoes S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Eternit S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Eucatex S.A. Industria E Comercio	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Even Construtora E Incorporadora S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Ez Tec Empreend. E Participacoes S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Fertilizantes Heringer S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Fibria Celulose S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Fleury S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Forjas Taurus S.A.	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Fras-Le S.A.	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Gaec Educação S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Gafisa S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Gerdau S.A.	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Gol Linhas Aereas Inteligentes S.A.	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Grendene S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Helbor Empreendimentos S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Hypermarcas S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Industrias Romi S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Instituto Hermes Pardini S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
International Meal Company Alimentacao S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
lochpe Maxion S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Jbs S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Jhsf Participacoes S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Jsl S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Klabin S.A.	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Kroton Educacional S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Light S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Linx S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Localiza Rent A Car S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Log-In Logistica Intermodal S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Lojas Americanas S.A.	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Lojas Renner S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Lupatech S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
M.Dias Branco S.A. Ind Com De Alimentos	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Magazine Luiza S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Magnesita Refratarios S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Mahle-Metal Leve S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Marcopolo S.A.	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Marfrig Global Foods S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016

<b>Empresa</b>	<b>Segmento</b>	<b>Anos</b>
Marisa Lojas S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Metalfrio Solutions S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Metalurgica Gerdau S.A.	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Mills Estruturas E Serviços De Engenharia S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Minerva S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Mmx Mineracao E Metalicos S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Mrv Engenharia E Participacoes S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Multiplan - Empreend Imobiliarios S.A.	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Multiplus S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Natura Cosméticos S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Odontoprev S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Oi S.A.	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Óleo E Gás Participações S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Omega Geração S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Osx Brasil S.A	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Ouro Fino Saude Animal Participacoes S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Paranapanema S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Pbg S/A	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Pdg Realty S.A. Empreend E Participacoes	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Petro Rio S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Petrobras Distribuidora S/A	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Pomifrutas S/A	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Positivo Tecnologia S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Profarma Distrib Prod Farmaceuticos S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Prumo Logística S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Qgep Participações S.A	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Qualicorp S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Raia Drogasil S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Randon S.A. Implementos E Participacoes	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Renova Energia S.A.	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Restoque Comércio E Confecções De Roupas S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Rni Negócios Imobiliários S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Rossi Residencial S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Rumo S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Santos Brasil Participacoes S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Sao Martinho S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Saraiva S.A. Livreiros Editores	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Senior Solution S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Ser Educacional S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Slc Agricola S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Smiles Fidelidade S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Somos Educação S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Springs Global Participacoes S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Suzano Papel E Celulose S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016



<b>Empresa</b>	<b>Segmento</b>	<b>Anos</b>
T4f Entretenimento S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Technos S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Tecnisa S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Tegma Gestao Logistica S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Terra Santa Agro S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Tim Participacoes S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Totvs S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Tpi - Triunfo Particip. E Invest. S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A.	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Trisul S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Tupy S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Ultrapar Participacoes S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Unicasa Indústria De Móveis S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Usinas Sid De Minas Gerais S.A.-Usiminas	Nível 1	2014, 2015 E 2016
Vale S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Valid Soluções E Serv. Seg. Meios Pag. Ident. S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Via Varejo S.A.	Nível 2	2014, 2015 E 2016
Viver Incorporadora E Construtora S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Vulcabras/Azaleia S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016
Weg S.A.	Novo Mercado	2014, 2015 E 2016

**APÊNDICE B – *Audit Delay* das Empresas**

<b>Segmento</b>	<b>Empresa</b>	<b>Audit delay 2016</b>	<b>Audit delay 2015</b>	<b>Audit delay 2014</b>
N1	Cia Energetica De Minas Gerais - Cemig	101	89	85
N1	Cia Paranaense De Energia - Copel	87	75	77
N1	Cteep - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	53	57	55
N1	Usinas Sid De Minas Gerais S.A.-Usiminas	47	48	48
N1	Cia Brasileira De Distribuicao	55	55	43
N2	Centrais Elet De Santa Catarina S.A.	86	89	86
N2	Forjas Taurus S.A.	82	83	85
N2	Marcopolo S.A.	52	50	51
N2	Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A.	69	68	69
N2	Alupar Investimento S/A	68	70	64
N2	Energisa S.A.	82	77	78
N2	Gol Linhas Aereas Inteligentes S.A.	47	88	85
N2	Renova Energia S.A.	81	88	63
NM	B2w - Companhia Digital	39	64	66
NM	Brf S.A.	54	56	57
NM	Ccr S.A.	62	53	56
NM	Cia Saneamento Basico Est Sao Paulo	86	84	85
NM	Cosan S.A. Industria E Comercio	47	49	77
NM	Embraer S.A.	67	62	62
NM	Equatorial Energia S.A.	67	70	43
NM	Estacio Participacoes S.A.	74	70	78
NM	Eternit S.A.	76	84	69
NM	Gafisa S.A.	82	63	58
NM	lochpe Maxion S.A.	86	56	56
NM	Jbs S.A.	72	76	68
NM	Jhsf Participacoes S.A.	88	90	71
NM	Kroton Educacional S.A.	81	75	78
NM	Light S.A.	82	88	65
NM	Lojas Renner S.A.	39	35	42
NM	Magazine Luiza S.A	48	57	56
NM	Marfrig Global Foods S.A.	54	57	58
NM	Odontoprev S.A.	52	69	63
NM	Ouro Fino Saude Animal Participacoes S.A.	75	78	83
NM	Paranapanema S.A.	89	42	41
NM	Rni Negócios Imobiliários S.A.	74	76	77
NM	Rossi Residencial S.A.	80	89	76
NM	Sao Martinho S.A.	39	43	40
NM	Suzano Papel E Celulose S.A.	39	49	63
NM	Tegma Gestao Logistica S.A.	76	78	85
NM	Tim Participacoes S.A.	33	35	43
NM	Tupy S.A	87	63	57
NM	Arezzo Indústria E Comércio S.A.	65	60	61
NM	Cia Locação Das Américas	44	81	82
NM	Cosan Logistica S.A.	47	56	77
NM	Cvc Brasil Operadora E Agência De Viagens S.A.	46	48	36
NM	Duratex S.A.	39	43	35
NM	Ecorodovias Infraestrutura E Logística S.A.	51	71	72
NM	Edp - Energias Do Brasil S.A.	53	62	61
NM	Eneva S.A	83	83	85

<b>Segmento</b>	<b>Empresa</b>	<b>Audit delay 2016</b>	<b>Audit delay 2015</b>	<b>Audit delay 2014</b>
NM	Fleury S.A.	67	63	57
NM	Linx S.A.	44	49	43
NM	Localiza Rent A Car S.A	34	63	77
NM	M.Dias Branco S.A. Ind Com De Alimentos	65	53	54
NM	Marisa Lojas S.A.	54	55	43
NM	Multiplus S.A.	54	56	55
NM	Natura Cosméticos S.A.	53	48	42
NM	Petro Rio S.A.	86	81	84
NM	Prumo Logística S.A.	86	83	71
NM	Qualicorp S.A.	79	89	77
NM	Restoque Comércio E Confecções De Roupas S.A.	52	70	65
NM	Somos Educação S.A.	87	89	82
NM	Totvs S.A.	51	75	26

## **APÊNDICE C – Características dos Comitês de Auditoria**

Segmento	Empresa	2016			2015			2014		
		<i>Expertise</i>	Independência	Número De Membros	<i>Expertise</i>	Independência	Número De Membros	<i>Expertise</i>	Independência	Número De Membros
N1	Cia Energetica De Minas Gerais - Cemig	0	0	3	0	0	1	0	0	1
N1	Cia Paranaense De Energia - Copel	1	2	5	0	0	3	0	2	3
N1	Cteep - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	0	0	1	0	0	1	0	0	4
N1	Usinas Sid De Minas Gerais S.A.- Usiminas	0	1	4	0	1	4	1	0	3
N1	Cia Brasileira De Distribuicao	0	1	2	0	0	3	0	0	2
N2	Centrais Elet De Santa Catarina S.A.	1	2	6	1	2	6	0	2	5
N2	Forjas Taurus S.A.	2	1	3	2	1	3	2	1	3
N2	Marcopolo S.A.	2	2	6	1	2	5	1	1	6
N2	Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A.	2	1	7	2	0	7	1	0	2
N2	Alupar Investimento S/A	0	2	3	0	1	2	0	0	2
N2	Energisa S.A.	0	2	4	0	3	3	0	2	3
N2	Gol Linhas Aereas Inteligentes S.A.	0	2	3	0	2	3	0	1	1
N2	Renova Energia S.A.	1	0	6	1	0	7	1	0	4
NM	B2w - Companhia Digital	0	3	3	0	3	3	0	3	3
NM	Brf S.A.	0	1	5	0	1	3	0	0	2

Segmento	Empresa	2016			2015			2014		
		<i>Expertise</i>	Independência	Número De Membros	<i>Expertise</i>	Independência	Número De Membros	<i>Expertise</i>	Independência	Número De Membros
NM	Ccr S.A.	0	1	6	0	1	6	0	2	6
NM	Cia Saneamento Basico Est Sao Paulo	1	3	3	2	3	3	1	3	3
NM	Cosan S.A. Industria Comercio E	0	0	3	0	0	3	0	0	3
NM	Embraer S.A.	0	4	4	0	4	4	0	4	4
NM	Equatorial Energia S.A.	0	1	3	0	2	3	9	2	3
NM	Estacio Participacoes S.A.	0	3	3	0	3	3	0	3	3
NM	Eternit S.A.	0	3	3	0	3	3	0	2	2
NM	Gafisa S.A.	1	2	3	1	2	3	1	2	3
NM	lochpe Maxion S.A.	1	1	3	1	0	3	2	0	3
NM	Jbs S.A.	1	1	3	1	1	3	2	0	4
NM	Jhsf Participacoes S.A.	2	1	3	2	1	3	1	1	3
NM	Kroton Educacional S.A.	1	2	2	1	2	2	1	2	2
NM	Light S.A.	0	1	4	0	1	4	0	0	4
NM	Lojas Renner S.A.	1	3	4	1	3	4	1	3	3
NM	Magazine Luiza S.A	2	1	3	2	1	4	2	1	3
NM	Marfrig Global Foods S.A.	0	1	2	0	1	2	0	1	2
NM	Odontoprev S.A.	1	3	3	1	2	4	1	2	4
NM	Ouro Fino Saude Animal Participacoes S.A.	0	0	3	0	0	3	0	1	3

Segmento	Empresa	2016			2015			2014		
		Expertise	Independência	Número De Membros	Expertise	Independência	Número De Membros	Expertise	Independência	Número De Membros
NM	Paranapanema S.A.	2	0	4	1	0	4	2	0	4
NM	Rni Negócios Imobiliários S.A.	1	0	3	1	0	3	1	0	3
NM	Rossi Residencial S.A.	2	1	3	2	1	3	2	0	3
NM	Sao Martinho S.A.	1	1	5	1	1	5	0	1	3
NM	Suzano Papel E Celulose S.A.	1	1	3	1	0	3	1	0	3
NM	Tegma Gestao Logistica S.A.	2	0	3	2	0	3	2	0	3
NM	Tim Participacoes S.A.	0	2	3	0	2	3	0	3	3
NM	Tupy S.A	1	0	3	2	0	3	2	0	3
NM	Arezzo Indústria E Comércio S.A.	1	1	3	1	1	3	2	1	8
NM	Cia Locação Das Américas	1	0	2	1	0	2	0	0	1
NM	Cosan Logistica S.A.	0	1	3	0	1	3	0	1	3
NM	Cvc Brasil Operadora E Agência De Viagens S.A.	1	1	3	1	1	3	0	0	3
NM	Duratex S.A.	1	2	6	1	2	6	1	1	4
NM	Ecorodovias Infraestrutura E Logística S.A.	1	1	3	1	1	3	1	1	3
NM	Edp - Energias Do Brasil S.A.	0	1	2	0	1	2	0	2	3
NM	Eneva S.A	0	2	2	0	2	2	0	1	1



Segmento	Empresa	2016			2015			2014		
		<i>Expertise</i>	Independência	Número De Membros	<i>Expertise</i>	Independência	Número De Membros	<i>Expertise</i>	Independência	Número De Membros
NM	Fleury S.A.	2	0	3	2	0	3	2	0	3
NM	Linx S.A.	0	1	2	0	1	2	0	1	2
NM	Localiza Rent A Car S.A	0	1	2	0	1	2	0	1	3
NM	M.Dias Branco S.A. Ind Com De Alimentos	1	2	4	0	3	4	0	4	4
NM	Marisa Lojas S.A.	0	0	4	0	0	3	0	0	3
NM	Multiplus S.A.	0	2	3	0	2	3	0	1	3
NM	Natura Cosméticos S.A.	0	3	3	0	2	2	0	2	4
NM	Petro Rio S.A.	2	2	5	2	2	5	0	2	3
NM	Prumo Logística S.A.	1	1	3	1	1	2	1	1	2
NM	Qualicorp S.A.	1	2	3	1	2	3	0	2	3
NM	Restoque Comércio E Confeções De Roupas S.A.	2	0	4	2	0	4	1	0	4
NM	Somos Educação S.A.	1	0	3	1	0	3	1	0	4
NM	Totvs S.A.	1	1	3	1	3	3	1	3	5

## **APÊNDICE D – Características do Conselho de Administração**

Segmento	Empresa	2016			2015			2014		
		Independência	Dualidade	Número De Membros	Independência	Dualidade	Número De Membros	Independência	Dualidade	Número De Membros
N1	Cia Energetica De Minas Gerais - Cemig	3	0	28	3	0	28	4	0	29
N1	Cia Paranaense De Energia - Copel	3	0	0	3	0	8	5	0	9
N1	Cteep - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	2	0	8	2	0	8	1	0	8
N1	Usinas Sid De Minas Gerais S.A.-Usiminas	9	0	22	9	0	22	0	0	22
N1	Cia Brasileira De Distribuicao	3	0	13	3	0	13	7	0	13
N2	Centrais Elet De Santa Catarina S.A.	2	0	5	2	0	5	2	0	5
N2	Forjas Taurus S.A.	4	0	8	3	0	7	4	0	7
N2	Marcopolo S.A.	4	0	21	4	0	22	4	0	22
N2	Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A.	3	0	7	3	0	7	3	0	7
N2	Alupar Investimento S/A	5	0	9	7	0	10	10	0	18

Segmento	Empresa	2016			2015			2014		
		Independência	Dualidade	Número De Membros	Independência	Dualidade	Número De Membros	Independência	Dualidade	Número De Membros
N2	Energisa S.A.	2	0	20	2	0	20	2	0	20
N2	Gol Linhas Aereas Inteligentes S.A.	6	0	8	5	0	7	4	0	6
N2	Renova Energia S.A.	2	0	6	2	0	7	2	0	7
NM	B2w Companhia Digital	8	0	14	8	0	14	8	0	13
NM	Brf S.A.	2	0	7	2	0	6	2	0	6
NM	Ccr S.A.	9	0	9	8	0	8	6	0	8
NM	Cia Saneamento Basico Est Sao Paulo	6	0	6	7	0	7	6	0	7
NM	Cosan S.A. Industria Comercio	6	0	7	6	0	7	1	0	7
NM	Embraer S.A.	4	0	15	4	0	15	5	0	15
NM	Equatorial Energia S.A.	4	0	9	2	0	10	2	0	8
NM	Estacio Participacoes S.A.	3	0	6	4	0	7	4	0	7
NM	Eternit S.A.	2	0	8	2	0	8	2	0	0
NM	Gafisa S.A.	3	0	22	3	0	22	3	0	22
NM	lochpe Maxion S.A.	7	0	8	7	0	8	7	0	8

Segmento	Empresa	2016			2015			2014		
		Indepen- dência	Dualidad e	Número De Membros	Indepen- dência	Dualidad e	Número De Membros	Indepen- dência	Dualidad e	Número De Membros
NM	Jbs S.A.	4	0	8	3	0	7	2	0	7
NM	Jhsf Participacoes S.A.	6	0	11	6	0	11	4	0	10
NM	Kroton Educacional S.A.	7	0	15	7	0	15	7	0	15
NM	Light S.A.	3	0	5	3	0	5	3	0	5
NM	Lojas Renner S.A.	2	0	9	2	0	8	3	0	14
NM	Magazine Luiza S.A.	4	0	7	4	0	7	1	0	7
NM	Marfrig Global Foods S.A.	2	0	5	2	0	5	1	0	5
NM	Odontoprev S.A.	1	0	7	1	0	7	1	0	7
NM	Ouro Fino Saude Animal Participacoes S.A.	5	0	9	0	0	9	0	0	8
NM	Parapanema S.A.	4	0	12	4	0	12	2	0	10
NM	Rni Negócios Imobiliários S.A.	2	0	10	2	0	10	3	0	10
NM	Rossi Residencial S.A.	3	0	14	3	0	14	5	0	16
NM	Sao Martinho S.A.	4	0	11	4	0	11	4	0	11

NM	Suzano Papel E Celulose S.A.	2	0	6	2	0	7	1	0	7
NM	Tegma Gestao Logistica S.A.	7	0	13	5	0	13	5	0	11
NM	Tim Participacoes S.A.	4	0	9	3	0	9	3	0	8
NM	Tupy S.A	2	0	14	2	0	15	1	0	18
NM	Arezzo Indústria E Comércio S.A.	2	0	6	2	0	6	5	0	10
NM	Cia Locação Das Américas	2	0	5	2	0	5	2	0	5
NM	Cosan Logistica S.A.	3	0	8	2	0	7	2	0	6
NM	Cvc Brasil Operadora E Agência De Viagens S.A.	5	0	8	3	0	6	2	0	9
NM	Duratex S.A.	3	0	12	3	0	12	2	0	11
NM	Ecorodovias Infraestrutura E Logística S.A.	3	0	13	3	0	13	2	0	10
NM	Edp - Energias Do Brasil S.A.	3	0	7	3	0	7	3	0	8
NM	Eneva S.A	5	0	7	4	0	7	1	0	5
NM	Fleury S.A.	4	0	11	4	0	13	4	0	12
NM	Linx S.A.	2	0	5	2	0	5	2	0	5
NM	Localiza Rent A Car S.A	4	0	8	4	0	8	4	0	8
NM	M.Dias Branco S.A. Ind Com De Alimentos	3	0	12	3	0	12	2	0	11

NM	Marisa Lojas S.A.	3	0	6	3	0	7	1	0	5
NM	Multiplus S.A.	1	0	6	1	0	7	1	0	7
NM	Natura Cosméticos S.A.	7	0	7	6	0	9	6	0	10
NM	Petro Rio S.A.	4	0	5	4	0	5	4	0	6
NM	Prumo Logística S.A.	2	0	7	2	0	7	2	0	6
NM	Qualicorp S.A.	3	0	8	3	0	9	2	0	9
NM	Restoque Comércio E Confeccões De Roupas S.A.	2	0	10	2	0	10	2	0	9
NM	Somos Educação S.A.	2	0	7	4	0	8	3	0	9
NM	Totvs S.A.	2	0	8	6	0	9	6	0	9

## **APÊNDICE E – Características do Conselho Fiscal**



Segmento	Empresa	2016		2015		2014	
		Número De Membros	Existência Do Cf	Número De Membros	Existência Do Cf	Número De Membros	Existência Do Cf
N1	Cia Energetica De Minas Gerais - Cemig	9	1	10	1	10	1
N1	Cia Paranaense De Energia - Copel	10	1	10	1	10	1
N1	Cteep - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	8	1	10	1	10	1
N1	Usinas Sid De Minas Gerais S.A.-Usiminas	10	1	10	1	10	1
N1	Cia Brasileira De Distribuicao	9	1	10	1	10	1
N2	Centrais Elet De Santa Catarina S.A.	6	1	6	1	10	1
N2	Forjas Taurus S.A.	6	1	6	1	6	1
N2	Marcopolo S.A.	10	1	9	1	10	1
N2	Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A.	6	1	6	1	6	1
N2	Alupar Investimento S/A	6	1	6	1	6	1
N2	Energisa S.A.	6	1	6	1	6	1
N2	Gol Linhas Aereas Inteligentes S.A.	10	1	10	1	10	1
N2	Renova Energia S.A.	10	1	10	1	10	1
NM	B2w - Companhia Digital	10	1	10	1	10	1
NM	Brf S.A.	6	1	6	1	5	1
NM	Ccr S.A.	6	1	6	1	6	1
NM	Cia Saneamento Basico Est Sao Paulo	6	1	6	1	6	1
NM	Cosan S.A. Industria E Comercio	6	1	6	1	6	1
NM	Embraer S.A.	5	1	6	1	6	1
NM	Equatorial Energia S.A.	7	1	8	1	8	1
NM	Estacio Participacoes S.A.	6	1	6	1	6	1
NM	Eternit S.A.	8	1	8	1	6	1
NM	Gafisa S.A.	10	1	10	1	10	1
NM	lochpe Maxion S.A.	6	1	6	1	6	1
NM	Jbs S.A.	6	1	6	1	6	1
NM	Jhsf Participacoes S.A.	6	1	6	1	6	1
NM	Kroton Educacional S.A.	6	1	6	1	6	1
NM	Light S.A.	6	1	6	1	6	1
NM	Lojas Renner S.A.	9	1	10	1	10	1

Segmento	Empresa	2016		2015		2014	
		Número De Membros	Existência Do Cf	Número De Membros	Existência Do Cf	Número De Membros	Existência Do Cf
NM	Magazine Luiza S.A	6	1	6	1	6	1
NM	Marfrig Global Foods S.A.	6	1	6	1	6	1
NM	Odontoprev S.A.	6	1	6	1	6	1
NM	Ouro Fino Saude Animal Participacoes S.A.	6	1	6	1	6	1
NM	Paranapanema S.A.	5	1	6	1	6	1
NM	Rni Negócios Imobiliários S.A.	6	1	6	1	6	1
NM	Rossi Residencial S.A.	6	1	6	1	6	1
NM	Sao Martinho S.A.	6	1	6	1	0	0
NM	Suzano Papel E Celulose S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Tegma Gestao Logistica S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Tim Participacoes S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Tupy S.A	7	1	7	1	0	0
NM	Arezzo Indústria E Comércio S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Cia Locação Das Américas	0	0	0	0	0	0
NM	Cosan Logistica S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Cvc Brasil Operadora E Agência De Viagens S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Duratex S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Ecorodovias Infraestrutura E Logística S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Edp - Energias Do Brasil S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Eneva S.A	0	0	0	0	6	1
NM	Fleury S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Linx S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Localiza Rent A Car S.A	0	0	0	0	0	0
NM	M.Dias Branco S.A. Ind Com De Alimentos	0	0	0	0	0	0
NM	Marisa Lojas S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Multiplus S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Natura Cosméticos S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Petro Rio S.A.	0	0	0	0	6	1
NM	Prumo Logística S.A.	6	1	6	1	0	0

Segmento	Empresa	2016		2015		2014	
		Número De Membros	Existência Do Cf	Número De Membros	Existência Do Cf	Número De Membros	Existência Do Cf
NM	Qualicorp S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Restoque Comércio E Confeções De Roupas S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Somos Educação S.A.	0	0	0	0	0	0
NM	Totvs S.A.	0	0	0	0	0	0

**APÊNDICE F – Características da Empresa Auditada**

Segmento	Empresa	2016				2015				2014				
		Roa	LC	Log Tamanho Empresa Auditada	Divulgação Prejuízo	Roa	LC	Log Tamanho Empresa Auditada	Divulgação Prejuízo	Roa	LC	Log Tamanho Empresa Auditada	Divulgação Prejuízo	
N1	Cia Energetica De Minas Gerais - Cemig	0,01	0,72	17,55	0	0,06	0,72	17,53	0	0,09	0,65	17,37	0	
N1	Cia Paranaense De Energia - Copel	0,03	0,78	17,23	0	0,04	1,45	17,18	0	0,05	1,29	17,06	0	
N1	Cteep - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	0,33	2,81	16,53	0	0,07	2,13	15,81	0	0,05	3,02	15,78	0	
N1	Usinas Sid De Minas Gerais S.A.-Usiminas	-0,02	3,66	17,08	1	-0,13	1,53	17,14	1	0,01	1,73	17,23	0	
N1	Cia Brasileira De Distribuicao	0,00	0,92	15,97	1	0,02	1,07	15,89	0	0,08	2,95	15,64	0	
N2	Centrais Elet De Santa Catarina S.A.	-0,12	1,22	13,70	1	-0,25	0,74	13,84	1	-	0,19	1,02	13,80	1
N2	Forjas Taurus S.A.	0,04	1,84	15,42	0	0,02	1,88	15,43	0	0,05	2,59	15,31	0	
N2	Marcopolo S.A.	0,10	1,82	15,95	0	0,10	2,06	16,00	0	0,10	2,38	15,97	0	
N2	Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A.	-0,05	1,58	16,14	1	-0,04	1,60	16,11	1	-	0,02	1,30	15,85	1
N2	Alupar Investimento S/A	-0,01	1,49	17,58	1	0,08	1,65	17,51	0	0,06	1,83	17,40	0	
N2	Energisa S.A.	0,07	0,59	17,02	0	0,04	0,50	16,89	0	0,78	0,56	14,36	0	
N2	Gol Linhas Aereas	0,08	0,89	17,42	0	0,02	0,92	17,33	0	0,03	0,92	17,23	0	

	Inteligentes S.A.												
N2	Renova Energia S.A.	0,05	1,96	17,12	0	0,03	1,54	17,23	0	0,02	1,34	17,12	0
NM	B2w Companhia Digital	0,16	2,13	17,45	0	0,01	2,08	17,63	0	0,03	2,28	17,14	0
NM	Brf S.A.	0,06	1,74	16,47	0	0,08	1,65	16,35	0	0,07	1,39	16,24	0
NM	Ccr S.A.	0,09	1,55	15,24	0	0,10	2,07	15,27	0	0,10	3,43	15,06	0
NM	Cia Saneamento Basico Est Sao Paulo	-0,04	2,12	13,64	1	0,03	2,00	13,75	0	0,09	1,79	13,71	0
NM	Cosan S.A. Industria Comercio E	-0,22	1,49	15,47	1	0,01	2,11	15,73	0	-	0,01	2,07	15,79
NM	Embraer S.A.	0,01	0,94	15,77	0	0,01	0,88	15,90	0	0,02	1,01	15,65	0
NM	Equatorial Energia S.A.	0,01	1,02	18,45	0	0,04	1,24	18,62	0	0,03	1,51	18,23	0
NM	Estacio Participacoes S.A.	-0,05	1,91	15,37	1	0,02	1,13	15,70	0	0,01	1,77	15,57	0
NM	Eternit S.A.	0,11	2,12	16,68	0	0,08	1,40	16,63	0	0,06	1,53	16,56	0
NM	Gafisa S.A.	-0,02	0,74	16,48	1	0,00	0,90	16,52	0	0,05	1,01	16,43	0
NM	lochpe Maxion S.A.	0,10	1,40	15,68	0	0,10	1,60	15,58	0	0,09	1,72	15,49	0
NM	Jbs S.A.	0,01	1,07	15,62	0	-0,01	1,17	15,52	1	0,02	1,20	15,47	0
NM	Jhsf Participacoes S.A.	-0,03	1,26	16,82	1	-0,03	1,82	16,84	1	-	0,04	1,79	16,82
NM	Kroton Educacional S.A.	0,16	1,89	14,12	0	0,18	1,73	13,99	0	0,18	1,59	13,91	0
NM	Light S.A.	-0,01	2,66	13,56	1	0,10	2,52	13,45	0	0,06	2,07	13,35	0

NM	Lojas Renner S.A.	-0,11	0,63	15,08	1	0,03	0,91	15,48	0	0,02	1,04	15,42	0
NM	Magazine Luiza S.A.	-0,05	2,51	14,27	1	0,00	2,44	14,35	0	0,03	2,42	14,50	0
NM	Marfrig Global Foods S.A.	-0,11	0,75	15,39	1	-0,10	0,70	15,48	1	-	0,09	0,47	15,73
NM	Odontoprev S.A.	0,03	1,33	15,81	0	0,04	1,23	15,79	0	0,03	1,24	15,43	0
NM	Ouro Fino Saude Animal Participacoes S.A.	0,06	2,10	17,20	0	-0,03	1,88	17,16	1	-	0,01	2,15	17,15
NM	Parapanema S.A.	0,02	1,50	13,63	0	0,01	2,14	13,72	0	-	0,02	3,57	13,87
NM	Rni Negócios Imobiliários S.A.	0,02	1,39	17,36	0	0,01	1,31	17,39	0	0,05	1,16	17,30	0
NM	Rossi Residencial S.A.	-0,04	2,18	15,38	1	0,04	2,27	15,56	0	0,02	2,40	15,42	0
NM	Sao Martinho S.A.	-0,02	1,15	17,63	1	-0,01	0,99	17,67	1	0,03	1,00	17,63	0
NM	Suzano Papel E Celulose S.A.	0,07	1,45	16,14	0	0,06	1,21	16,11	0	0,08	1,98	16,00	0
NM	Tegma Gestao Logistica S.A.	0,01	1,27	16,81	0	0,02	1,25	16,73	0	0,02	1,20	16,74	0
NM	Tim Participacoes S.A.	0,13	0,43	15,94	0	-0,41	0,44	16,15	1	-	0,11	0,71	16,12
NM	Tupy S.A.	-0,19	0,04	15,59	1	0,02	0,37	15,61	0	-	0,01	1,34	15,53
NM	Arezzo Indústria E Comércio S.A.	0,13	3,50	13,72	0	0,14	3,45	13,66	0	0,14	3,46	13,59	0
NM	Cia Locação Das Américas	0,02	1,28	14,10	0	0,01	1,06	14,25	0	0,02	2,29	14,13	0

NM	Cosan Logistica S.A.	-0,03	0,68	16,95	1	-0,01	0,43	16,89	1	0,06	0,42	14,77	0
NM	Cvc Brasil Operadora E Agência De Viagens S.A.	0,06	1,12	15,02	0	0,06	1,17	14,86	0	0,06	1,10	14,65	0
NM	Duratex S.A.	0,00	2,69	16,05	0	0,02	2,91	16,01	0	0,04	1,79	15,99	0
NM	Ecorodovias Infraestrutura E Logística S.A.	-0,14	0,69	15,70	1	0,01	0,65	15,88	0	0,07	0,72	15,72	0
NM	Edp - Energias Do Brasil S.A.	0,04	1,17	16,77	0	0,08	1,24	16,73	0	0,06	0,88	16,39	0
NM	Eneva S.A	-0,01	0,72	16,15	1	0,02	0,64	15,94	0	-	0,22	0,26	15,77
NM	Fleury S.A.	0,08	2,28	14,92	0	0,03	2,71	14,98	0	0,03	3,84	14,94	0
NM	Linx S.A.	0,05	6,79	14,21	0	0,06	3,78	13,81	0	0,08	3,51	13,69	0
NM	Localiza Rent A Car S.A	0,06	1,22	15,82	0	0,07	1,48	15,63	0	0,07	1,40	15,55	0
NM	M.Dias Branco S.A. Ind Com De Alimentos	0,14	2,88	15,55	0	0,12	2,43	15,44	0	0,13	2,38	15,31	0
NM	Marisa Lojas S.A.	-0,03	2,19	14,79	1	-0,01	2,24	14,86	1	0,02	2,13	14,91	0
NM	Multiplus S.A.	0,29	1,10	14,38	0	0,27	1,09	14,40	0	0,19	1,07	14,33	0
NM	Natura Cosmeticos S.A.	0,04	1,15	15,95	0	0,06	1,32	16,06	0	0,10	1,36	15,79	0
NM	Petro Rio S.A.	0,22	9,82	13,89	0	0,09	10,53	13,98	0	-	0,95	5,10	13,87
NM	Prumo Logística S.A.	-0,03	2,51	15,87	1	-0,03	2,00	15,83	1	-	0,01	0,57	15,62
NM	Qualicorp S.A.	0,12	1,23	15,09	0	0,07	1,49	15,05	0	0,04	1,94	15,15	0
NM	Restoque Comércio E Confecções De Roupas S.A.	-0,02	0,80	14,97	1	-0,01	1,10	14,97	1	0,00	1,29	15,03	1



NM	Somos Educação S.A.	-0,02	1,09	15,06	1	-0,16	1,67	15,12	1	0,02	2,44	15,04	0
NM	Totvs S.A.	0,06	1,52	14,71	0	0,07	1,76	14,79	0	0,12	3,05	14,57	0

**APÊNDICE G – Características da Auditoria Independente**

Segmento	Empresa	2016			2015			2014		
		Tamanho Da Firma De Auditoria	Honorários De Não Auditoria	Tipo Do Parecer	Tamanho Da Firma De Auditoria	Honorários De Não Auditoria	Tipo Do Parecer	Tamanho Da Firma De Auditoria	Honorários De Não Auditoria	Tipo Do Parecer
N1	Cia Energetica De Minas Gerais - Cemig	1	825,22	0	1	784,18	0	1	0,00	0
N1	Cia Paranaense De Energia - Copel	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
N1	Cteep - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista	1	0,00	0	0	80.000,00	0	0	80.000,00	0
N1	Usinas Sid De Minas Gerais S.A.-Usiminas	1	240.000,00	0	1	587.000,00	0	1	542.000,00	0
N1	Cia Brasileira De Distribuicao	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
N2	Centrais Elet De Santa Catarina S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
N2	Forjas Taurus S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
N2	Marcopolo S.A.	1	261.000,00	0	1	81.000,00	0	1	716.000,00	0
N2	Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	242.000,00	0
N2	Alupar Investimento S/A	1	2.383,40	0	1	3.600.000,00	0	1	0,00	0
N2	Energisa S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
N2	Gol Linhas Aereas Inteligentes S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
N2	Renova Energia S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	B2w - Companhia Digital	1	166,70	0	1	129.000,00	0	1	0,00	0
NM	Brf S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Ccr S.A.	1	1.813.857,00	0	1	236.696,26	0	1	287.432,10	0
NM	Cia Saneamento Basico Est Sao Paulo	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Cosan S.A. Industria E Comercio	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Embraer S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0

Segmento	Empresa	2016			2015			2014		
		Tamanho Da Firma De Auditoria	Honorários De Não Auditoria	Tipo Do Parecer	Tamanho Da Firma De Auditoria	Honorários De Não Auditoria	Tipo Do Parecer	Tamanho Da Firma De Auditoria	Honorários De Não Auditoria	Tipo Do Parecer
NM	Equatorial Energia S.A.	0	0,00	0	0	0,00	0	0	0,00	0
NM	Estacio Participacoes S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Eternit S.A.	1	317.313,98	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Gafisa S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	lochpe Maxion S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Jbs S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	56.500,00	0
NM	Jhsf Participacoes S.A.	0	202.204,92	0	0	135.338,76	0	0	0,00	0
NM	Kroton Educacional S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Light S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Lojas Renner S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Magazine Luiza S.A	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Marfrig Global Foods S.A.	0	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Odontoprev S.A.	1	111.000,00	0	1	377.000,00	0	1	644.000,00	0
NM	Ouro Fino Saude Animal Participacoes S.A.	1	804.958,25	0	1	707.832,34	0	1	152.876,30	0
NM	Paranapanema S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Rni Negócios Imobiliários S.A.	0	0,00	0	0	0,00	0	1	1.578.000,00	0
NM	Rossi Residencial S.A.	1	2.030.957,06	0	1	48.428,51	0	1	598.624,99	0
NM	Sao Martinho S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Suzano Papel E Celulose S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Tegma Gestao Logistica S.A.	1	0,00	0	1	0,00	1	1	0,00	1
NM	Tim Participacoes S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Tupy S.A	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Arezzo Indústria E Comércio S.A.	1	0,00	0	1	137.700,00	0	1	0,00	0
NM	Cia Locação Das Américas	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0

Segmento	Empresa	2016			2015			2014		
		Tamanho Da Firma De Auditoria	Honorários De Não Auditoria	Tipo Do Parecer	Tamanho Da Firma De Auditoria	Honorários De Não Auditoria	Tipo Do Parecer	Tamanho Da Firma De Auditoria	Honorários De Não Auditoria	Tipo Do Parecer
NM	Cosan Logística S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Cvc Brasil Operadora E Agência De Viagens S.A.	1	0,00	0	1	1.434,00	0	1	1.152,00	0
NM	Duratex S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Ecorodovias Infraestrutura E Logística S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Edp - Energias Do Brasil S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Eneva S.A	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Fleury S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Linx S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Localiza Rent A Car S.A	1	399.400,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	M.Dias Branco S.A. Ind Com De Alimentos	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Marisa Lojas S.A.	0	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Multiplus S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Natura Cosméticos S.A.	1	226.090,00	0	1	99.000,00	0	1	2.436.400,00	0
NM	Petro Rio S.A.	0	0,00	0	0	350.000,00	0	1	0,00	0
NM	Prumo Logística S.A.	1	120.000,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Qualicorp S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Restoque Comércio E Confecções De Roupas S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Somos Educação S.A.	1	0,00	0	1	0,00	0	1	0,00	0
NM	Totvs S.A.	1	121.577,35	0	1	0,00	0	1	0,00	0